

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Luiza Costa Gava

**REARTICULAÇÃO PARTIDÁRIA NA REDEMOCRATIZAÇÃO: AS BASES DE  
FUNDAÇÃO DO PMDB NO RIO GRANDE DO SUL NO ANO DE 1980**

Porto Alegre, 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Luiza Costa Gava

**REARTICULAÇÃO PARTIDÁRIA NA REDEMOCRATIZAÇÃO: AS BASES DE  
FUNDAÇÃO DO PMDB NO RIO GRANDE DO SUL NO ANO DE 1980**

Monografia apresentada como requisito parcial  
para a conclusão do curso de Licenciatura em  
História ao Departamento de História da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof. Dra. Carla Brandalise

Porto Alegre, 2014

## **AGRADECIMENTOS**

*Agradeço primeiramente aos meus pais, Leonardo e Inez por todo seu amor e por sempre terem me apoiado de forma incondicional.*

*Agradeço à professora Carla Brandalise pela oportunidade de pesquisa e pela orientação.*

*Agradeço aos colegas do curso de História, em especial, ao Guilherme Kichel, ao Robinson e à Raquel.*

*Agradeço também ao Luan, Gabriela e Franco; colegas do curso de Turismo que auxiliaram paralelamente.*

*Agradeço ao amigo e colega Eduardo Brun pela paciência, disposição e auxílio.*

*Também agradeço ao meu namorado Filipe Pires Castilhos pelo companheirismo e pelas inúmeras revisões gramaticais.*

*Por fim, sou grata a todos que de alguma forma colaboraram nesta trajetória através de uma simples palavra ou gesto.*

*O que precisava fazer era ficar em pé na encruzilhada do presente e olhar o passado com sinceridade; e escrever o futuro como se estivesse reescrevendo o passado.*

*Haruki Murakami*

## RESUMO

A transição política brasileira iniciou em 1974 com o processo de liberalização de Ernesto Geisel, em função da crise econômica e do descontentamento social. A abertura se dá de forma lenta e gradual e este processo tem, no ano de 1980, uma de suas importantes etapas; a reorganização partidária. O partido do Movimento Democrático Brasileiro surge neste período, bem como outros partidos oposicionistas. Dentro disso, a pesquisa teve por objetivo entender quais foram as bases de fundação do PMDB no contexto de rearticulação partidária na redemocratização. Para isso, foi preciso compreender como se deu a construção partidária através do seu antecessor, o MDB, que teve sua história utilizada como meio de legitimação por parte do sucedâneo PMDB. Entende-se que em função do modelo de transição efetuada no Brasil, tanto este quanto os outros partidos surgem em meio a um modelo elitista. Concluiu-se que o PMDB atuou sob uma a bandeira de luta pela democracia, congregando múltiplos grupos. O partido, quando de seu surgimento, continha em sua composição e ideologia diversos setores que lhe conferiam seu caráter de heterogeneidade.

Palavras-chave: História política, Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Transição política, Rio Grande do Sul, Senador Pedro Simon.

## ABSTRACT

The Brazilian political transition started in 1974 with Ernesto Geisel liberalization process, due to the economic crisis and social discontent. The opening takes place slowly and gradually and this process has, in 1980, one of its important steps; party reorganization. The Brazilian Democratic Movement Party arises in this period, as well as other opposition parties. The research aims to understand what were the PMDB foundation bases in the party re-articulation context. To do this, it was necessary to understand how was the party building through its predecessor, the MDB, which had its history used as a means of legitimating by the PMDB. Due to the transition model made in Brazil, both this as the other parties arise from an elitist model. It was concluded that the PMDB served under the banner of struggle for democracy, bringing together multiple groups. The party, when it came into being, contained in its composition and ideology various sectors that gave it its character of heterogeneity.

Key-words: Political History, Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Political transition, Rio Grande do Sul, Senator Pedro Simon.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>1. A TRANSIÇÃO DO REGIME DITATORIAL PARA A DEMOCRACIA</b> .....	11
<b>1.1 O Brasil no período da formação dos partidos e contexto de transição para a democracia</b> .....	11
1.1.2 O Rio Grande do Sul neste período .....	17
1.1.3 Tipos de transição para a democracia .....	18
<b>2. FORMAÇÃO E FUNDAÇÃO DE PARTIDOS</b> .....	23
2.1 Formação e fundação de partidos no Brasil.....	23
2.2 Surgimento e atuação do MDB como oposição consentida .....	29
2.3 Os recém formados partidos no RS .....	32
2.4 Criação do PMDB .....	34
<b>3. ESTABELECIMENTO E ATUAÇÃO DO PMDB EM 1980</b> .....	37
<b>3.1 A Lei da Reforma Partidária</b> .....	37
3.1.1 Estruturação .....	39
3.1.2 Registro provisório .....	44
3.1.3 Organização .....	49
3.1.4 Registro definitivo .....	51
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	54
<b>5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	56

## INTRODUÇÃO

A História Política, vista como a síntese de todos os males<sup>1</sup>, teve seu ápice no século XIX e decadência, quando de sua recusa pela Escola dos Annales. Desde a década de 1980 vem se renovando através da Nova História Política. Esta se faz um instrumento importante e fundamental para a compreensão do todo social, pois tem como objetivo central o estudo da vida política e dos processos eleitorais sem deixar de integrar todos os atores envolvidos, podendo eleger as massas como seu objeto de estudo, buscando a história da formação, cultura e ideologias políticas na longa duração<sup>2</sup>. Com base nisso surge a importância do estudo do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); que inserido no contexto regional significou um meio pelo qual se pode compreender melhor um período determinado da História política do estado.

Este trabalho pretende analisar a rearticulação partidária na redemocratização através da fundação do PMDB, no Rio Grande do Sul, de bases do antigo MDB, durante o fim do bipartidarismo no ano de 1979. Busca explorar o período da chamada abertura política no Brasil, tendo como recorte temporal o momento que compreende o ano da fundação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (1980).<sup>3</sup>

A escolha do tema deveu-se a importância do partido no processo de rearticulação e redemocratização no país. No caso do PMDB, além de grande influência nacional e no estado do Rio Grande do Sul, conta com o protagonismo de personagens políticos centrais como Pedro Simon e Ulysses Guimarães. É em função das particularidades deste estado e de sua proeminência política, sendo local de nascimento e sustentação da vida política de importantes figuras deste e de outros partidos, que a delimitação espacial do trabalho se dá no Rio Grande do Sul.

Quanto à inserção do PMDB nesta trajetória, sabemos que vai surgir de dentro do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), resultado da extinção dos partidos imposta pelo AI-2 e a instalação do bipartidarismo por parte do regime civil-militar. Oficialmente fundado em 24 de março de 1966, o MDB se caracterizava como a oposição consentida ao regime e existia, informalmente já em 1965. O nome do movimento gerou disputa entre duas figuras

---

1 Apresentação do livro RÉMOND, Rene. **Por uma história política I** [Direção de]; tradução Dora Rocha. - 2. ed. - Rio de Janeiro : Editora FGV, 2003.

2 *Ibidem* 2.

<sup>3</sup> A temática do trabalho surgiu durante uma pesquisa realizada através da bolsa de iniciação científica denominada: Estado e representação: agentes político-partidários no contexto histórico contemporâneo do Rio Grande do Sul. Com orientação da professora Dra. Carla Brandalise da UFRGS. Na qual tivemos contato com as fontes do período e na qual pudemos, também, notar que a fundação do PMDB se caracteriza como mais um dos elementos motivadores do processo de transição que estava ocorrendo no Brasil.

políticas bastante conhecidas e influentes na época: Ulysses Guimarães e Tancredo Neves, tendo o último sido o autor do termo que vigora até hoje na sigla do atual PMDB. Para entendermos como se deu a sua construção partidária devemos observar como se deu a aceitação do MDB no jogo político e a acomodação das diversas forças políticas dentro deste movimento; identificando como o MDB se legitimou politicamente como oposição ao regime militar.

O período analisado é o da redemocratização e rearticulação nos anos 80, mas é importante voltarmos um pouco no tempo e analisarmos como estava o sistema político e partidário no Brasil, na fase da experiência democrática de 1946 a 1964. Isso, para compreendermos um pouco a História do partido e então apreender de onde viriam suas bases. Tendo como recorte temporal específico o momento que compreende o ano em torno da fundação do PMDB, 1980.

É na conjuntura de transição e definição dos partidos que viriam a compor o cenário político brasileiro que o trabalho vai focar a análise das fontes. Tendo a imprensa como fonte, foram utilizados os jornais *Correio do Povo* e *Zero Hora*, relativos ao ano de fundação do partido (1980), visando a compreensão de como se dá a passagem em um contexto regional, no Rio Grande do Sul, e qual o papel do partido em questão neste contexto.

A análise da fundação do PMDB a ser realizada neste trabalho se dá, então, através da investigação na fonte de pesquisa jornalística, pois parte-se do princípio de que não há como estudar política sem levar em consideração suas relações com os meios de comunicação. Todos os canais de comunicação contribuem de forma decisiva para transformar a maneira de os homens se relacionarem com o mundo. Desempenhando um papel significativo na atribuição de sentidos e de valores a inúmeras questões que afetam o cotidiano das pessoas. Também se entende que o campo político sempre foi muito fértil na produção de representações, sendo que muito disso se dá através dos jornais.

Surgem alguns questionamentos sobre o uso dos periódicos como fonte. É necessária uma reflexão sobre a aproximação entre a história e a imprensa.

Os documentos descrevem ações simbólicas do passado e não são inocentes ou transparentes. Todo o tipo de fonte documental escrita foi elaborada por um autor, ou autores, com diferentes intenções e público. Com os jornais não é diferente; e em função disso foi tomado como fonte não confiável pelos historiadores. Somente no século XX, com o advento da História cultural e o alargamento da utilização de fontes não tradicionais é que eles passam a ser considerados como documentos.

Porém, a utilização dos jornais para o estudo da História pode ser muito proveitoso,

dentre as vantagens Capelato destaca:

O confronto das falas, que exprimem ideias e práticas, permite ao pesquisador adaptar, com riqueza de detalhes, o significado da atuação de diferentes grupos que se orientam por interesses específicos. [...] Os jornais oferecem vasto material para o estudo da vida cotidiana. Os costumes e práticas sociais, o folclore, enfim, todos os aspectos do dia-a-dia estão registrados em suas páginas.<sup>4</sup>

Um dos problemas da utilização da fonte jornalística é que muitos historiadores passaram a utilizar o jornal como ilustração dos fatos que estão sendo pesquisados. É preciso saber qual a melhor forma de interrogar esta fonte e problematizá-la de forma a delimitar qual a metodologia empregada na pesquisa histórica. O periódico não pode ser encarado como mero receptáculo de informações a serem escolhidas a esmo. Os textos jornalísticos devem ser entendidos como uma representação que possibilita um vislumbre de visões e posicionamento de um segmento da sociedade na época estudada. “Ou seja, devemos ter em mente que os jornais, e igualmente os jornalistas, não são imparciais, apesar desta roupagem de imparcialidade e verdade que nos passam cotidianamente.”<sup>5</sup>

Ainda nesta linha Elmir complementa,

A imprensa não informa história, simplesmente. Se fosse assim, a história enquanto campo de investigação precisaria apenas se apropriar dos dados fornecidos pelos jornais. E quem já não pensou em retirar das páginas de um periódico os elementos necessários para reconstituir um momento da história?<sup>6</sup>

Apesar das armadilhas que a análise de jornais possa conter Pesavento<sup>7</sup> nos diz que o campo político demonstra ser um dos mais ricos para o estudo das representações e por isso incorporar a imprensa à pesquisa de História política é válido e pode suscitar uma análise bastante importante e completa.

Dentro da linha de pesquisa na história política através do enfoque jornalístico, notou-se que não há muitos trabalhos relacionados ao período da redemocratização no Brasil, e pouquíssimos analisam o caso do PMDB. Dentre os trabalhos que privilegiaram a abordagem mais direta do período - porém sem estarem relacionados à temática do partido em questão - destaque para dois: o artigo de Teresa Marques<sup>8</sup> (2010) que analisa, de forma comparativa, as

---

<sup>4</sup> CAPELATO, 1988, p. 34.

<sup>5</sup> KARAWAJCZYK, 2010, p.143.

<sup>6</sup> ELMIR, 1995, p. 21.

<sup>7</sup> PESAVENTO, Sandra J. História & história cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

<sup>8</sup> MARQUES, Teresa Cristina Schneider. Transições políticas na América Latina em perspectiva comparada. Pensamento Plural. 57 - 69, janeiro/junho. 2010.

transições políticas na América Latina. E a dissertação de Miguel Barrientos<sup>9</sup> (2009) que, também em perspectiva comparada, analisa o poder dos governadores no Brasil e Argentina desde a redemocratização.

Quanto aos trabalhos que analisam o PMDB podemos citar: Rhuan Trindade (2011) e seu trabalho de conclusão de curso que faz uma análise sobre a oposição PMDB x PDT na campanha eleitoral de 1982. Neto e Pasquareli<sup>10</sup> (2012) e sua análise do partido como elemento central do sistema político brasileiro desde 1986 até 2010. Paulo Victor Melo (2012) que faz uma reflexão do PMDB em cima da temática denominada: partidos, políticas, ministérios e manutenção no poder; Kinzo<sup>11</sup> (1988) apresenta um livro sobre o partido desde sua gênese em 1966 como MDB e sua trajetória a partir disso. E por fim, a dissertação de César Figueiredo<sup>12</sup> (2009) sobre a relação dos partidos comunistas dentro do MDB – PMDB durante a redemocratização.

O referencial teórico tem duas abordagens, uma referente ao contexto de transição pelo qual o Brasil e outros países da América Latina estavam passando e outra que se refere ao conceito de partido. Utilizou-se a obra de Sartori<sup>13</sup> (1978) para conceituar o termo partido. A obra de Huntington<sup>14</sup> (1991) para definir o significado do contexto de transição e o conceito de transição pela transação de Share e Mainwaring<sup>15</sup> (1986) para defini-lo.

A partir disso, pode-se dizer que o objetivo deste trabalho é de contribuir para os estudos referentes à história política no Rio Grande do Sul, principalmente, sobre o período da reabertura e redemocratização brasileira. Visto que esse período histórico ainda é pouco lembrado pela historiografia. Além de problematizar e resgatar uma importante parte da História da política brasileira, que se caracteriza pelo surgimento do partido advindo do MDB, oposição consentida à ditadura. Será analisado o caso do Brasil, visando entender em que contexto se dá o ressurgimento dos partidos políticos no país, na redemocratização. Especificamente, busca-se entender como surge e qual o papel do PMDB nesta conjuntura,

---

<sup>9</sup> BARRIENTOS, Miguel. Federalismo comparado entre Brasil e Argentina: o poder dos governadores desde a redemocratização. Dissertação de mestrado. UFRGS, 2009.

<sup>10</sup> PASQUARELLI, Bruno, BIZZARRO, Fernando Augusto Neto. O PMDB no centro do sistema político brasileiro (1986-2010). Gramado, AT03 – Eleições e Representação Política. 8º Encontro da ABCP 01 a 04/08/2012, Gramado - RS, 2012.

<sup>11</sup> KINZO, Maria D'Alva Gil. Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do MDB – 1966/1979. São Paulo: Editora Vértice, 1988.

<sup>12</sup> FIGUEIREDO, Cesar Alessandro Sagrillo. A relação dos PC's com o MDB-PMDB no cenário da transição e as eleições de 1982 no RS. Dissertação de mestrado. UFRGS, 2009.

<sup>13</sup> SARTORI, Giovanni. Partidos e Sistemas Partidários. Brasília: Ed. UNB, 1976.

<sup>14</sup> HUNTINGTON, Samuel. A terceira onda: a democratização no final do século XX. São Paulo: Editora Ática, 1994.

<sup>15</sup> SHARE, Donald & MAINWARING, Scott. Transição pela transação: a democracia no Brasil e na Espanha. Revista Dados. Rio de Janeiro. Vol 29. N 2. 1986.

dando enfoque para o Estado do Rio Grande do Sul.

## 1. A TRANSIÇÃO DO REGIME DITATORIAL PARA A DEMOCRACIA

Nesta primeira parte vamos centralizar no tema da transição política que vai de regimes autoritários e ditatoriais à democracia. Analisaremos o caso do Brasil e do Rio Grande do Sul; além de entender diferentes tipos de redemocratizações e transições.

### 1.1 O Brasil no período da formação dos partidos e contexto de transição para a democracia

A ditadura civil-militar no Brasil foi instaurada em 1 de abril de 1964 e sua duração se estendeu até os anos 1980, apesar da expectativa de uma intervenção breve. Durante sua permanência de mais de vinte anos, o regime estabeleceu diversos Atos Institucionais, dissolveu o Congresso Nacional e elaborou nova Constituição que institucionalizava o regime ditatorial. Embora a presença de oficiais na política desde Revolução de 1930 – principalmente - não se caracterizasse mais como uma novidade, houve grupos dentro dos próprios militares que não defendiam o poder das forças armadas na chefia do governo.

No caso brasileiro, especificamente, muito embora queiram delimitar a entrada dos militares no processo político a partir de 1964, a história tem demonstrado que, em todos os momentos de crise institucional, as Forças Armadas apresentam-se como atores políticos atuantes.<sup>16</sup>

O período político pós-1964 pode ser dividido em três fases.<sup>17</sup> Durante a primeira fase ainda eram discutidas as tendências e posturas do regime militar. Essa fase tem início com o golpe de 1964 e se estende até a data de publicação do AI-5, revelando o caráter extensivo da intervenção. O golpe de 1964 foi gestado durante longo tempo por alguns setores da sociedade que visavam tomar o poder, a fim de contrapor o caráter populista-reformista que existia, principalmente, no Rio Grande do Sul. Representou os setores do empresariado e classe média, sendo capitaneados pelas forças militares.<sup>18</sup> A primeira eleição ocorrida nesta fase ainda conta com os partidos existentes previamente ao regime, porém - logo depois- estes são extintos, dando lugar a ARENA e ao MDB. A criação do sistema bipartidário se utiliza de artifícios institucionais para a criação do partido governista e da oposição consentida, deixando de fora algumas importantes lideranças que sofreram exílio, como o ex-governador Leonel Brizola. Surge um grande movimento de críticas ao governo e manifestantes que reivindicaram o fim do regime, em uma batalha contra o Estado, tiveram suas liberdades

<sup>16</sup> BORGES, 2003, p15.

<sup>17</sup> Idem, p. 22.

<sup>18</sup> FIGUEIREDO, 2009, p. 44.

individuais suprimidas, iniciando um processo de radicalização entre dos militares que culminou no AI-5 e deu início a segunda fase.

Essa, vai desde o momento em que o AI-5 entra em vigor até a sua revogação, durante o início da liberalização política no governo Geisel. É nessa fase que se conhecem os maiores disparates do regime e que a tortura de presos políticos se torna algo usual. Esta é a época da diretriz desenvolvimentista e do chamado “milagre brasileiro”. Todos os meios de comunicação eram censurados e a década de 1970 pode ser entendida como o auge da ditadura civil-militar brasileira. Durante esta fase as eleições são caracterizadas como legislativas; com governadores nomeados e impossibilidade de eleição nas chamadas “áreas de segurança nacional”. As eleições deste período são marcadas por vitórias da ARENA e propaganda massiva do regime. Muitos movimentos armados contra a ditadura surgem durante esta fase de dura repressão, um exemplo é o Movimento Revolucionário Oito de Outubro, MR8, que surgiu no Rio de Janeiro do meio universitário.

Anteriormente ao início da redemocratização iniciada em 1979 e dando início a última fase, que se estenderia até 1989, inicia o processo de liberalização de Geisel. “Nessa etapa ocorre a reversão do processo revolucionário, com o abrandamento da censura e o reajustamento da área de segurança”.<sup>19</sup> Kinzo entende que esta fase de transição, pela qual todo o país passou, vai até o ano de 1990. Os elementos desta fase destacados pela autora são os processos seletivos que propiciavam descrédito a ARENA, o colapso da ordem econômica – fim do “milagre econômico” e as distintas facções do regime militar que disputavam o governo.<sup>20</sup>

O processo de liberalização proposto por Geisel era de um gradual, mas seguro aperfeiçoamento democrático, ou seja, queria estabelecer os limites das mudanças que iriam ocorrer. O ritmo destas mudanças vai ser determinado através de diversas maneiras, como por exemplo, a cassação de parlamentares que criticavam e não respeitavam ao gradualismo imposto pelos militares. Além deste, dois outros mecanismos foram: a Lei Falcão de 1976, que impôs limites à propaganda eleitoral e como o Pacote de Abril, que determinava eleições indiretas para governadores estaduais, um terço dos senadores, ampliação do mandato presidencial, ampliação das restrições da Lei Falcão e redução do quórum à aprovação de reformas constitucionais. Estas duas medidas se caracterizaram como retrocesso no processo de abertura, denotando a lentidão com a qual seria realizada.

---

<sup>19</sup> BORGES, 2003, p.22

<sup>20</sup> KINZO, 2001.

Em 1974, o General Ernesto Geisel divulga a teoria da distensão, com a finalidade de diminuir o controle sob a população criando meios de integração de setores da oposição no interior da vida política. Esta postura adotada por Geisel culminou em uma surpreendente vitória eleitoral do MDB no mesmo ano. Em função do “milagre econômico” e do apoio que ainda tinha, o governo liberou pleno acesso do MDB ao rádio e à televisão acreditando que a vitória nas eleições de 1974 já estava garantida, mas o resultado mostrou-se surpreendentemente favorável à oposição. O Rio Grande do Sul teve importante papel nesta eleição, com o candidato a senador Paulo Brossard.<sup>21</sup> “Em 1973 a oposição estava de modo geral desmobilizada e fraca. No período de 1974-1979 a situação inverteu-se parcialmente, embora permanecesse contraditória e incerta”.<sup>22</sup>

Em 1976 ocorre a ascensão de Jimmy Carter à presidência norte americana. Os norte americanos criticavam a presença de um partido oficial, pediam o recuo do controle do Estado sobre a economia e restabelecimento da liberdade de expressão. Os atores da abertura política do Brasil estavam expressos, por um lado, na pressão externa com o governo Carter e os condicionantes da economia mundial, por outro lado, no projeto de abertura do poder militar e na oposição, que segundo Silva faz uma ação autônoma, porém condicionada. A ação da oposição estava condicionada ao governo, que, apesar de dar certo espaço para movimentação, manteve a atuação política sob seu controle. O sistema eleitoral, por ele proposto, parecia garantir a escolha livre do eleitor, mas mantinha-se sob sua tutela.<sup>23</sup> Esta oposição vai se fortalecer cada vez mais e a partir de 1977 há um acirramento das mobilizações contra o regime com os efeitos da crise do petróleo e a “ressaca” do milagre econômico.

Organizações como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), bem como setores da Igreja Católica, iniciam duros ataques à atuação dos militares na repressão política, denunciando seguidamente violações aos direitos humanos.<sup>24</sup>

Esses ataques surgem inclusive de empresários, principalmente os paulistas, gerando distanciamento entre esta classe e os militares. “Amplios setores da elite passaram à oposição,

---

<sup>21</sup> Defensor do parlamentarismo, era membro do PL, partido pelo qual foi eleito deputado estadual em 1954, 1958 e 1962. Filiou-se ao MDB, após o Golpe Militar de 1964 e foi eleito deputado federal em 1966. Foi apoiador do golpe militar.

<sup>22</sup> ALVES, 2005, p.265.

<sup>23</sup> SILVA, 2003, p. 246.

<sup>24</sup> SILVA, 1990, p.377.

empenhando-se em táticas de pressão para obrigar o Estado à liberalização”.<sup>25</sup> Segundo Alves, uma parcela dos grupos da elite se indispsôs com o Estado; não mais o considerando como um aliado, pois este era autoritário e desnecessário à proteção de seus interesses. Posteriormente ao Ato Institucional nº 5, pertencer a um determinado setor social deixou de significar proteção. Uma parcela dos setores médios e superiores acabou sendo atingida pela violência da repressão, com ataques a estudantes universitários e com a morte sob tortura do jornalista Vladimir Herzog, por exemplo. O Estado acaba ameaçado pela perda de apoio destes setores chave da elite e por cisões dentro do próprio corpo militar.

Com a entrada de João Batista Figueiredo ao governo inicia-se uma nova etapa da política de “distensão” de Geisel: a ampliação da liberalização e “abertura” controlada pelos estrategistas do Estado. O papel desempenhado pelos setores de oposição da elite durante estes dois governos foi decisivo. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), OAB, ABI e grupos organizados do MDB enfrentam o Estado questionando sua legitimidade e impedindo o retorno de medidas coercitivas. Porém, é nesta fase que a emergência do movimento popular também virá a ser um dos elementos significativos da oposição ao Governo. Tanto organizações ligadas à Igreja, quanto organizações seculares organizaram-se e conseguiram se mobilizar.

Durante o tempo do Estado de Segurança Nacional, as associações de moradores e favelados desempenharam um papel decisivo na organização dos pobres. A partir de suas organizações locais, a população aprendeu a coordenar campanhas mais amplas, em nível estadual ou nacional, para pressionar o governo.<sup>26</sup>

O novo “movimento sindical” começa a se caracterizar como uma importante força política em 1977. O movimento luta para readquirir o controle sobre os sindicatos, organizar novos e fortalecê-los; acumulando força e consciência política suficientes para exercer impacto sobre o Estado. Em 1978, as greves, que projetariam Luís Inácio Lula da Silva no cenário nacional, demonstram a rearticulação do movimento operário e o movimento trabalhista fica em primeiro plano na cena política. Porém, a severa repressão à greve dos metalúrgicos de 1980 deixa bastante claro os limites da “abertura política”; a pressão popular, quando constituísse ameaça ao modelo de desenvolvimento econômico, não seria admitida. Do ano de 1980 em diante, as greves passaram por um avanço e já não aconteciam de forma tão espontânea, mas mais organizadas e com maior poder de decisão dos sindicalizados. Os rumos da liberalização foram expressos, então, a partir desta conjuntura de greves.

---

<sup>25</sup> ALVES, 2005, p.266.

<sup>26</sup> ALVES, 2005, p.278

Uma sociedade definida estritamente pelos parâmetros da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento é aquela em que qualquer manifestação enérgica de insatisfação econômica e social constitui “pressão” inaceitável, quando parte de setores não pertencentes à elite.<sup>27</sup>

É neste momento que o empresariado vai retomar seu contato com os militares, impedindo este avanço do operariado. “Nesse sentido, necessitam da atuação do governo na repressão aos movimentos operários para impedir que a abertura tome rumos indesejados.”<sup>28</sup>

Ainda em 1979, mais um passo é tomado em direção a abertura política. A Anistia Política parcial é concedida no governo do general Figueiredo, resultado de negociações do governo com a oposição. Isso se configura como um passo adiante, pois muitas lideranças afastadas do processo político voltaram a se reorganizar e os anistiados puderam se candidatar em função da mudança na Lei das Inelegibilidades. No entanto, o acordo firmado para a implementação da anistia foi feito nos moldes das preferências dos setores militares de linha dura; não concedendo anistia aos que participaram da luta armada e cometeram “crimes de sangue”, e nem permitindo possibilidade de reorganização de um partido legal aos condenados pela Lei de Segurança Nacional. Além disso, a Lei concedia perdão incondicional aos integrantes do aparato repressivo que estivessem envolvidos ou que praticassem a tortura. “O dispositivo era uma evidente vitória dos setores de linha dura e eliminava a possibilidade de denúncia criminal contra os acusados de práticas de tortura.”<sup>29</sup> Este modelo de Lei também dificultou, e dificulta até hoje, as investigações sobre atividades praticadas na época, constituindo, por tanto, uma derrota para a oposição.<sup>30</sup> O governo, a partir de suas posturas em relação à oposição, seja ela de elite ou movimentos sociais, revela cada vez mais que a liberalização aconteceria dentro dos seus moldes e que não deixaria a oposição decidir o rumo das ações que seriam tomadas.

Do ponto de vista do Estado de Segurança Nacional, o ano de 1979 definiu os limites da política de abertura. Ao mesmo tempo em que negociava a questão da anistia política com os partidos e instituições civis dos setores de elite, o governo deixava claro que a liberalização não se aplicava à classe trabalhadora.<sup>31</sup>

---

<sup>27</sup> ALVES, 2005, p. 313.

<sup>28</sup> SILVA, 1990, p.378.

<sup>29</sup> ALVES, 2005, p.321.

<sup>30</sup> Idem 20.

<sup>31</sup> ALVES, 1005, p. 308.

É em 1980, quando da reforma da lei partidária, que começam a ressurgir os partidos no Brasil. Esta década é notória, pois outros países da América Latina também passavam pela mesma fase de transição à democracia.

Após experiências traumáticas, estes Estados voltavam a ser administrados por governos civis eleitos direta ou indiretamente pelo voto popular. Era evidente que a democracia tornava-se uma necessidade imperiosa, mas também era notório que todas as virtudes do sistema democrático não ajudariam *per se* a resolver os problemas sociais e econômicos.<sup>32</sup>

A Lei da reforma partidária surge do entendimento, por parte do governo de que, em função do crescimento dos movimentos de oposição à ditadura, a manutenção do bipartidarismo acabaria ocasionando um desgaste ainda maior das bases de sustentação política do regime. A ARENA e MDB são extintos e logo de início surgem o Partido Democrático Social (PDS), partido dos políticos governistas, e o PMDB, originado do antigo MDB. O antigo PTB de Brizola, que após divisões em função da perda da legenda se divide em Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Além destes com maior expressão, surgem também o Partido dos Trabalhadores (PT) de mobilização popular e o Partido Popular (PP) de Tancredo Neves, composto por conservadores do antigo MDB.

O processo que havia sido iniciado por Geisel em 1974 continua durante o mandato de Figueiredo, que convocará eleições diretas para governadores após muita pressão por parte dos partidos de oposição recém formados e – também - de parte do governo. As eleições de 1982 demonstram vitória dos partidos contrários em relação ao governo federal, que elege candidatos em doze dos 27 estados da federação. Porém, em função do Pacote de Abril<sup>33</sup>, o governo ainda consegue manter a supremacia no Congresso Nacional, fortalecendo a presença do PDS, partido da situação, com os senadores biônicos e a dominação do colégio eleitoral. Esta eleição esteve representada pelo partido do governo e pelo PMDB, outros partidos não conseguiram expressão neste momento. “Os partidos civis eram mero coadjuvantes, além de estarem divididos entre o partido do governo (ARENA - PDS) e a oposição consentida (MDB

---

<sup>32</sup> BARRIENTOS, 2009, P. 44.

<sup>33</sup> Conjunto de leis outorgadas em 13 de abril de 1977 pelo Presidente Ernesto Geisel. Estabelecia a extensão do mandato presidencial de cinco para seis anos, manutenção de eleições indiretas para presidente da república, governadores dos estados e de prefeitos dos municípios em áreas de segurança nacional, dentre outras medidas autoritárias, fechou temporariamente o Congresso Nacional.

- PMDB).”<sup>34</sup> Além destes, o PDT elegeu um único candidato, Leonel Brizola para governador do Rio de Janeiro.

### 1.1.2 O Rio Grande do Sul neste período

Como visto no sub-capítulo anterior, o Brasil percorreu um período de contradição e incertezas durante a transição do regime ditatorial para a democracia. Uma bibliografia extensa está à disposição sobre o tema. Porém, há dificuldade de encontrar informações específicas sobre o Rio Grande do Sul, tendo em vista que grande parte do que foi escrito concentra-se na região sudeste, com preponderância dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. No entanto o Estado não esteve ausente dos acontecimentos presentes tanto no continente latino-americano quanto no Brasil. A análise do seu caso específico ajuda na compreensão da trajetória do partido estudado.

O Rio Grande do Sul não estava alheio às manifestações das diversas ordens que surgiam. Paralelamente à greve dos bancários da região sudeste, aqui também se organizava a mesma greve, a UNE reestruturava-se e os secundaristas e universitários gaúchos também voltavam às ruas tal como fizeram em 1968 e a criação do Movimento Feminino pela anistia, em São Paulo, foi seguido, logo no outro mês, pela criação do núcleo gaúcho deste movimento.<sup>35</sup>

Há algumas peculiaridades dentro do Rio Grande do Sul, que dizem respeito ao seu histórico político prévio. O Estado conta com algumas especificidades que podem explicar melhor o porquê de sua trajetória algo diferente. O fato de ser um Estado fronteiriço possibilitou uma ligação com as outras ditaduras do Prata. Tornando o Estado um cenário de luta para a libertação de presos políticos, mas também de operações repressivas. Além disso, no Rio Grande, houve a demarcação de uma oposição relevante, caracterizada pelo peso que o MDB teve na região. Estas especificidades fazem com que compreendamos melhor a História do PMDB no Rio Grande do Sul.

Ainda no período do sistema bipartidário, o Estado apresenta uma singularidade, já que a imposição do bipartidarismo se tornou menos artificial do que em outros estados. A bipolaridade já era uma tradição constante no Rio Grande do Sul não só no governo do Estado e Senado, mas nas próprias coligações. Por trás de um sistema formalmente multipartidário houve, por longos períodos, uma polaridade PTB e anti-PTB. Durante o período bipartidário, uma nova dicotomia se caracterizará pelo PTB/MDB e anti-PTB/ARENA.

<sup>34</sup> BORGES, 2003, p. 21 e 22.

<sup>35</sup> AVILA, MACHRY, SILVA, ASSUMPCÃO, 2010, p.226.

### 1.1.3 Tipos de transição para a democracia

O período a ser estudado se caracteriza como um grande movimento que ocorreu por toda a América Latina. É o movimento de redemocratização; transição de regimes autoritários militares apoiados pelos Estados Unidos, que se instalaram no continente desde meados da década de 60 e perduraram até os anos 80, em busca de regimes democráticos. Essas mudanças entre regimes políticos se caracterizam como transições e podem ocorrer de formas variadas. “As transições delimitam, de um lado, pelo início do processo de dissolução de um regime autoritário e, do outro, pela investidura de alguma forma de democracia, pelo retorno a algum tipo de regime autoritário ou pela emergência de um regime revolucionário.”<sup>36</sup>

No caso analisado, a característica contempla a dissolução do regime autoritário, mas as diversidades entre as transições de diferentes países americanos são muitas; caracterizadas por diversos fatores e particularidades de cada país.

Contudo, é importante recordar que apesar de terem passado por processos de transição e experiências políticas tão distintas, os países latino-americanos compartilham uma história e algumas características sociais, econômicas e políticas. A formação das suas sociedades e das suas economias foi marcada pelo passado de exploração colonial européia. Extrema concentração de renda, endividamento externo e a dependência estrangeira, geralmente estão presentes entre as características dos mesmos.<sup>37</sup>

Houve, então, uma grande quantidade de processos de transição democrática na América Latina que, segundo Marques, foram marcados pela incerteza de seus resultados. Também são muito marcados pelo processo de negociação que se dá entre as elites e sua oposição. O caso do Brasil, então, é exemplar para caracterizar uma ‘transição pactuada’. Em função desta grande diversidade de transições é que a definição de alguns conceitos e análise de modelos se torna pré-requisito para a compreensão do tema.

Segundo Huntington existiram três grandes ondas de democratização no mundo moderno, estes fenômenos ocorreram de maneira simultânea em diferentes países e sistemas políticos do mundo. O estudo que o autor busca fazer sobre a democratização está ligado não a permanência dos regimes autoritários, mas sim a suas transição. O foco está na mudança do regime e não na existência do mesmo.

<sup>36</sup> O'DONNELL e SCHMITTER, 1988, p. 22.

<sup>37</sup> MARQUES, 2010, p. 65.

Uma onda de democratização é um grupo de transições de regimes não-democráticos para democráticos, que ocorrem em um período de tempo específico e que significativamente são mais numerosas do que as transições na direção oposta durante tal período.<sup>38</sup>

Estas, vieram acompanhadas de suas ondas reversas. A primeira refere-se aos países que em meados do século XIX se democratizaram como reflexo das Revoluções Francesa e Americana. A segunda, é uma onda curta e compreende os países que entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início dos anos 60 com o advento de diversos regimes autoritários. E a terceira é onde o Brasil se encontra. Vai desde o fim da ditadura portuguesa até os anos 70, atingindo diversos países latino-americanos. Para explicar porque o país encontra-se nesta terceira onda, Huntington parte de duas perguntas: 1) Porque alguns países afastaram-se de seu autoritarismo, mas outros não? 2) Porque as mudanças de regime, nos países que mudaram, ocorreram nas décadas de 1970 e 1980? A resposta a estas perguntas não reside simplesmente na natureza dos regimes destes países, o autor aponta cinco mudanças que desempenharam papel nas transições da terceira onda: 1) aprofundamento dos problemas de legitimidade dos sistemas autoritários militares, fracassos econômicos e o choque do petróleo. O regime autoritário brasileiro enquadra-se no caso dos regimes que enfrentaram problemas de legitimidade, em função da experiência prévia de democracia. Para Huntington, mesmo que a democracia anterior não tenha apresentado muito sucesso, serviu para que o autoritarismo tivesse que justificar seu próprio regime com uma retórica democrática, afirmando ou que eram ou que futuramente viriam a ser, verdadeiramente democráticos. Outra forma de legitimação utilizada pelos militares no Brasil foi utilizar-se do desempenho de seu governo, prometendo crescimento e desenvolvimento econômico. Na década de 1970 o crescimento econômico foi fortemente atingido pela elevação dos preços do petróleo no Brasil, pois o país era extremamente dependente da importação deste, gerando maior descontentamento com o governo e por conseqüência, como regime. 2) crescimento econômico global da década de 1960. Entre as décadas de 1950 e 1960 houve um período de crescimento econômico global, principalmente entre os países que, segundo Huntington, eram menos desenvolvidos. O caso do Brasil está entre estes países que teve um crescimento econômico que culminou no choque do petróleo em 1973-74. Para o autor, este crescimento criou as condições para o desenvolvimento da democracia e levou o país à transição. “A longo prazo, o desenvolvimento econômico cria as bases para os regimes democráticos. A curto prazo, o crescimento econômico muito rápido e as crises econômicas podem solapar os

---

<sup>38</sup> HUNTINGTON, 1991, p.23.

regimes autoritários.”<sup>39</sup> 3) mudanças nas doutrinas da Igreja católica, que passou a propor reformas sociais, políticas e econômicas, tornando-se grande opositora do autoritarismo. Na década de 1960 a Igreja se opôs ao regime ditatorial no Brasil e houve uma propagação de comunidades Eclesiais de Base. Esta mudança de atitude da Igreja católica está relacionada ao papa João XXIII, que conclamou o concílio Vaticano II. Com uma doutrina voltada para a necessidade das mudanças sociais e direito dos indivíduos; o concílio dizia que os líderes eclesiásticos tinham responsabilidade moral mesmo em questões de ordem política. 4) contexto internacional de crescimento da comunidade européia e mudanças na política estadunidense, que passou a promover os direitos humanos. Ações de governos e instituições externas podem ter muita influência sobre a democratização de um país; podendo também derrubar regimes democráticos ou impedir a democratização. A comunidade européia e os Estados Unidos eram duas das principais potências mundiais na década de 1970. A comunidade européia auxiliou a estimular aberturas políticas na própria Europa, visando a entrada de novos países para a crescente comunidade. Enquanto, nos Estados Unidos, a política inicia com o governo Carter e segue com Reagan, através de pressões e sanções econômicas, ações diplomáticas e militares, financiamento de ações democráticas e diplomacia multilateral assumiu o compromisso de promover os direitos humanos e combater regimes autoritários na América Latina e Ásia. “No final, tanto o governo Carter como o governo Reagan tiveram atitudes “moralistas” na promoção dos direitos humanos e na democracia do exterior.”<sup>40</sup> 5) efeitos que já estavam ocorrendo das primeiras transições da terceira onda, estimulando mudanças de regime em outros países. As experiências bem sucedidas de democratização influenciavam na terceira onda. O caso de Portugal, e também da Espanha, foram muito relevantes na transição na América Latina.

Porém outras características devem ser levadas em conta para compreendermos a transição para a democracia que se deu no Brasil. De acordo com os modelos de transição propostos pelos autores Share e Mainwaring, há algumas condições que devem ser apresentadas para que a transição democrática ocorra de forma efetiva. Duas, das mais destacadas são: 1) “Na transição pela transação a oposição democrática deve aceitar algumas limitações e regras fixadas pelo regime.” 2) “A transição pela transação exige lideranças habilidosas” - condições que enfatizam a necessidade da transição ser pactuada e negociada. Este tipo de transição, segundo os autores, apesar de supor uma transição mais estável acarreta em um modelo político elitista.

---

<sup>39</sup> HUNTINGTON, 1994, p.80.

<sup>40</sup> HUNTINGTON, 1994, p.98.

O caso do Brasil apresenta-se como um modelo de transição que ocorreu de forma pactuada entre a oposição e o governo em situação. As duas características destacadas demonstram e afirmam esta condição. Quanto à primeira, entende-se que o MDB representou esta oposição democrática, a partir do momento em que aceitava as regras impostas pelo regime e ainda participava do jogo político do governo militar. O próprio sistema partidário que foi criado pelo AI-2 pretendia uma cooperação entre o governo militar e a oposição consentida. Ou seja, a cooperação era institucional e logo foi alcançada, tendo em vista que tanto o partido do governo quanto a oposição foram criados pelo Estado. “O legislativo compunha-se, no dizer popular, de um partido do “sim” e de outro do “sim, senhor”.<sup>41</sup>

Para que a pactuação entre governo e oposição se concretizasse, foi necessária a atuação de alguns líderes - caracterizados pelos autores como habilidosos. A importância destes líderes reside no sentido de passar para a população que a maneira como está sendo conduzida a transição é a melhor e mais segura. O MDB foi, no Brasil, a expressão desta situação. Ao mesmo tempo em que era oposição, servia como apoio legitimando o regime e durante a transição o PMDB conduziu junto com o PDS a redemocratização. As lideranças a quem os autores se referem devem aspirar a promoção da democracia, no entanto também permitem o apoio a coalisão autoritária para a abertura política. O estado representou um ambiente propício para o surgimento de muitas destas lideranças e um exemplo, no estado do Rio Grande do Sul, foi o senador Pedro Simon.

O medo de mudança por parte do PMDB expresso na fonte na forma de críticas ao seu imobilismo, ao seu caráter frentista e a sua atitude frente ao pluripartidarismo, se caracteriza como mais uma das características deste modelo de transição. A negociação acontece entre as duas partes, porém nenhuma delas tem a certeza de qual será o resultado final e por isso renovam constantemente este pacto e procuram sempre encontrar espaços para revisão de seus papéis no processo. “Embora houvesse o peso importante dos limites institucionais, a oposição soube barganhar e operar diferentes estratégias a fim de tentar modificar o resultado final”<sup>42</sup>

André Marengo dos Santos (2007) argumenta que os processos de democratização são formados por uma sequência de etapas, (...) Seriam elas: 1) o início da liberalização do regime autoritário; 2) a instauração de um governo civil ou pós-autoritário; 3) a promoção de eleições como fórmula de preenchimento de postos governamentais nacionais; 4) a eleição para chefe de governo de um político de oposição ao antigo regime; 5) a eleição de partido(s) de

---

<sup>41</sup> ALVES, 2005, p.322.

<sup>42</sup> FIGUEIREDO, 2009, p.21.

esquerda para chefia do governo.<sup>43</sup> Segundo Santos, estudos comparados sobre as transições ocorridas nas décadas de 1970 e 1980 foram os responsáveis pela classificação das transições políticas em três tipos distintos: transação, afastamento voluntário ou colapso.

O primeiro tipo, a transição por transação, ocorre quando as elites que estão no poder ficam descontentes diante do aumento dos custos para a manutenção do regime autoritário. Estas mesmas elites vão iniciar o processo de transição, tendo em vista aproveitar-se do poder que possuem e negociar uma posição política para si, após o fim do regime autoritário. A partir da introdução de medidas liberalizantes e estabelecendo alguns limites na atuação de todos os atores envolvidos. Esta modalidade de transição é onde se encontra o caso do Brasil. O segundo tipo de transição é a transição através do afastamento voluntário. Esta, também é conduzida pelas forças que estão no comando do Estado durante o período de regime ditatorial, a diferença vai se dar no grau de deterioração deste Estado. O governo “voluntariamente” sai do poder, em função de que já não há mais sustentabilidade para se manter. O último modelo, a transição por colapso é quando o governo autoritário cai muito rapidamente. Em função de crises internas profundas e derrotas sucessivas as elites não conseguem conduzir a transição.

Conclui-se que, o Brasil pode ser situado na Terceira Onda de democratização, embora se deva ter o cuidado de não incorrer em generalizações. O período estudado por Huntington é muito extenso e a gama de países analisados também é grande. Além disso, o país também pode ser caracterizado pelo modelo de transição pela transação, mostrando-se – ainda – como molde exemplar de tal modelo de transição. Quanto ao ressurgimento dos partidos no Brasil, vemos que em função do caráter elitista em que ocorreu a democratização do Brasil, através do pacto entre partido oposicionista e governista, o sistema político acaba sendo reconstruído de cima para baixo.

O processo de transição para a democracia no Brasil teve este aspecto de negociação, pois desde o momento dos primeiros indícios de abertura até o processo final de erosão do aparato militar, ambos os lados, não tinham a clareza objetiva de qual seria o resultado final.<sup>44</sup>

Porém, segundo o autor, deve se prestar atenção a outros fatores que partem de análises macroestruturais, micro políticos e enfoques intermediários de modo a conjugar todos os matizes que formataram o modelo de transição democrática do Brasil.

---

<sup>43</sup> SANTOS, 2007, p. 76.

<sup>44</sup> FIGUEIREDO, 2009 p. 21.

As definições atribuídas ao modelo de transição pela transação se aplicam perfeitamente ao caso brasileiro, em virtude do aspecto extremamente elitista em que fora processado; entretanto, devemos estar atentos para não realçarmos demais somente estas características, uma vez que há também outros elementos e personagens que compõe a conjuntura política da transição.<sup>45</sup>

Entre as condicionantes que definiram as características da transição brasileira, Figueiredo destaca a estabilidade e durabilidade do regime autoritário, que permitiu à elite controlar este processo e a habilidade da oposição de saber como entremear através de diferentes estratégias, visando modificar o resultado final. São estas condicionantes que, segundo o autor vão definir “não somente o modelo e o ritmo do processo da transição brasileira, assim como o próprio sistema partidário e os tipos de partidos que foram gestados no Brasil com o advento do processo de abertura do regime militar iniciado durante os anos 70.”<sup>46</sup>

## **2 FORMAÇÃO E FUNDAÇÃO DE PARTIDOS**

O segundo capítulo deste trabalho irá analisar como são formados os partidos. Os casos do Brasil e regionalmente, no estado do Rio Grande do Sul, serão o enfoque. Estes são analisados durante a refundação e formação dos novos partidos em na redemocratização. Por fim, a análise mais aprofundada sobre o surgimento do PMDB.

### **2.1 Formação e Fundação de Partidos no Brasil**

O tema em questão diz respeito à influência que a estrutura de um partido político tem na sua atuação. Entende-se que a participação dos partidos no governo está ligada à sua composição; suas estratégias e decisões refletem seu âmago. No entanto, é preciso compreender o que significa o termo partido político e como ele se relaciona com os demais conceitos da História política. Para tanto, utilizou-se a definição de Sartori na obra Partidos e Sistemas partidários (1982). No intuito de compreender o período da redemocratização no Brasil, o entendimento da refundação dos partidos na década de 1980 se torna fundamenta, pois se sabe da importância das instituições que são os partidos políticos, dentro dos regimes ditos democráticos eles têm papel primordial. “São responsáveis por organizar a competição eleitoral e governativa dos regimes.”<sup>47</sup>

---

<sup>45</sup> FIGUEIREDO, 2009 p. 20.

<sup>46</sup> FIGUEIREDO, 2009 p.21.

<sup>47</sup> MELO, 2012, p.2.

Além disso, é preciso compreender quais são e como funcionam os sistemas partidários onde residem os partidos. Porém, o período estudado contém uma peculiaridade e por isso é necessário ter cautela ao analisar os conceitos trazidos pela bibliografia, já que esta não leva em consideração o contexto pelo qual o país passou durante os anos do regime militar e sua transição para a um período de democracia. Este contexto se apresenta como uma dificuldade no momento da análise conceito de sistema partidário. Na visão de Sartori temos a competição como uma condição indispensável para que um sistema partidário exista, e entende-se que não havia competição – de fato - durante o período ditatorial, pois esta se apresenta de forma artificial, servido ao propósito de legitimação do regime.

O sistema pluripartidário brasileiro surge no ano de 1980, resultado da reforma partidária de 1979 que pôs fim ao bipartidarismo do regime autoritário. Este período de retorno ao pluripartidarismo possibilitou, com a criação e organização de novos partidos, a emergência de um ambiente político diversificado e competitivo, mas por outro lado foi, em parte, estratégia do regime autoritário de dividir a oposição até então concentrada no MDB. Apesar de o período analisado ser a redemocratização e rearticulação nos anos 1980, volta-se um pouco no tempo para que se possa analisar como estava o sistema político e partidário do Brasil no pré-golpe, pós- Estado Novo. Visando compreendermos a História do Partido do Movimento Democrático Brasileiro e então apreender de onde viriam suas bases.

Um reordenamento partidário vai ocorrer depois da redemocratização de 1945, quando o sistema político sofre uma renovação total. “O mais destacado é que nesta etapa se assiste ao processo de institucionalização do sistema de partidos.”<sup>48</sup> Os – anteriormente – partidos regionais acabam tendo que ordenar-se de acordo com a nova conjuntura nacional o que, segundo Figueiredo, implicou em uma maior identificação da política regional com a política nacional. Este processo de reordenamento foi acompanhado de um processo de mudança social, razão pela qual não ocorre de forma igual em todos os Estados. O Rio Grande do Sul, por exemplo, antes do golpe de 1964, vivia uma realidade peculiar e diferente do resto do Brasil, pois “apresentava um sistema partidário bem estruturado, herdeiro de velhas tradições políticas do cenário gaúcho.”<sup>49</sup>

Sartori divide os sistemas partidários em competitivos e não-competitivos. Os não competitivos são caracterizados pela falta não só de competitividade, mas de competição. Um sistema onde há uma predominância de um partido pressupõe competição, apesar da baixa competitividade. Porém a característica é de um sistema em que não há competição como

---

<sup>48</sup> BARRIENTOS, 2009, p.81.

<sup>49</sup> FIGUEIREDO, 2009, p.44.

estrutura. “Um sistema não é competitivo se, e apenas se, não permite eleições disputadas.”<sup>50</sup> Os sistemas competitivos são divididos em: Pluralismo polarizado, pluralismo moderado, bipartidarismo e partido predominante. Dentro dos sistemas competitivos vamos nos ater aos sistemas bipartidários. Isso se deve ao fato de que, mesmo que, “artificialmente”, havia um sistema competitivo - com eleições – que também era bipartidário – vigorando no ano de 1980 no Brasil e em todos os seus Estados. Na definição de Sartori, as condições para que um sistema funcione sob o bipartidarismo são: os dois partidos estarem em condições de competir pela maioria das cadeiras, um dos dois partidos consegue conquistar na prática esta maioria e dispõe-se a governar sozinho. Porém a alternância ou rotatividade no poder deve continuar sendo uma expectativa possível. “Alternância deve ser compreendida de forma ampla como significando mais a expectativa do que a ocorrência real de rodízio governamental.”<sup>51</sup> O sentido dado pelo autor cabe, em parte, ao contexto estudado – tendo em vista que este se refere já ao período onde estava ocorrendo uma transição. Porém, deve-se sempre levar em conta o artificialismo da competitividade do período ditatorial que perdura durante a abertura política.

O golpe de 1964 e os Atos Institucionais irão mudar por completo a situação prévia da redemocratização de 1945 e das influências que os partidos tinham naquele sistema partidário. O AI-2 instituiu uma configuração bipartidária artificial entre ARENA e MDB; isso surge em função de uma tentativa de dissimular o caráter ditatorial e autoritário do regime.

Além disso, um sistema bipartidário (dada a rejeição do modelo de partido único devido às suas conotações negativas) constituía a única alternativa para se evitar a ressurreição dos antigos partidos sob diferentes siglas e, em particular, dos imbatíveis PSD e PTB que os udenistas preferia ver definitivamente enterrados.<sup>52</sup>

O bipartidarismo brasileiro se configurava da seguinte maneira: os militares controlavam através da Aliança Renovadora Nacional, enquanto a oposição se concentrava no Movimento Democrático Brasileiro; ali, estiveram expressas as mais variadas correntes e expressões políticas como os clandestinos partidos comunistas, trabalhistas, entre outros. Em seu cenho estavam desde os moderados até os radicais.

---

<sup>50</sup> SARTORI, 1982, p. 246.

<sup>51</sup> SARTORI, 1982, p.215.

<sup>52</sup> KINZO, 1988, p.28.

O que torna importante reter é o caráter de oposição deste partido, que respeitando as condições do momento e brechas do regime conseguiu se impor no cenário, mesmo que, pouco pudesse fazer em face a rigidez da ditadura.<sup>53</sup>

No entanto, apesar de ser ferrenha oposição, recebendo apoio eleitoral e impondo políticas na agenda de governo, o MDB também serviu para legitimar este sistema político disfarçado de democrático. No caso do Rio Grande do Sul, a questão do bipartidarismo e espaço para manobra por parte do MDB se apresentava de maneira um pouco diferente. Assim como no âmbito nacional, o partido enfrentou todas as dificuldades para sua implantação que enfrentava em outros Estados. Porém, como no Rio Grande as forças político-partidárias já se dividiam em duas correntes, o bipartidarismo não soou tão artificial e o MDB pôde formular melhor uma estratégia a ser seguida.

Podemos constatar que inicialmente embora a ARENA funcionasse com os mecanismos e lastro de partido com predominância política; por parte do MDB, não obstante as limitações objetivas, ainda havia um grande espectro de articulação no Estado.<sup>54</sup>

A abertura lenta e gradual foi se dando e a transição, alimentada pela crise econômica e movimentos sociais pulsantes, se inicia com a nova reforma política. Utilizaremos, para o processo de democratização no Brasil, o conceito de Huntington de transição pactuada que, segundo Figueiredo, tem no Brasil seu modelo exemplar. Em função do aspecto de negociação, em que desde o momento dos primeiros indícios de abertura até o processo final de erosão do aparato militar, ambos os lados não tinham a clareza objetiva de qual seria o resultado final.” É neste contexto de reforma que surge um artifício do regime exigindo o termo partido à frente das siglas, com o objetivo de matar a força que continha a legenda MDB.

Quanto à definição de partido, Sartori inicia com uma diferenciação básica. Tendo em vista que o termo partido entrou em uso visando substituir a palavra facção, é necessária uma diferenciação destes dois conceitos. Facção, segundo o autor, é uma expressão depreciativa; partido - não. O partido é uma parte de um todo e por tanto não se caracteriza como algo negativo por si só. Sartori parte de três premissas para que se entenda qual o propósito de um sistema partidário. Ou seja, compreender porque e como surgiram os partidos para apreender se eles ainda servem ao mesmo propósito. A primeira destas premissas é que os partidos não

---

<sup>53</sup> FIGUEIREDO, 2009, p.45.

<sup>54</sup> FIGUEIREDO, 2009, p. 48.

são facções. Em segundo lugar, deve-se saber que eles são partes de um todo. Por fim, partidos são canais de expressão.

A década de 1970 vai marcar uma mudança no panorama brasileiro. Diversos segmentos da sociedade que ainda não haviam se pronunciado de maneira efetiva entram em descontentamento com a situação do regime militar. As classes médias, por exemplo, se mostram descontentes com a crise do petróleo que provoca o fim do milagre econômico. Além disso, é nessa época que, com a queda da Guerrilha do Araguaia, corre o esfacelamento da luta armada no país. O MDB vai assumir definitivamente o papel de escoadouro das insatisfações em todos os níveis, agregando inúmeros segmentos e posições políticas. É em função disso que em 1980, quando o partido for institucionalizado, será caracterizado pela oposição como um “saco de gatos.”. O MDB já neste período começa a tomar para si o papel de canal de expressão destes setores, que durante a redemocratização marcou a atuação do sucedâneo PMDB. Papel, este, que se relaciona com o caráter de representatividade que os partidos devem ter, na definição de Sartori. O autor entende que os partidos são canais de expressão e desempenham uma função representativa. Embora a noção de representatividade dos partidos gere controvérsias, Para Sartori esta não é sua função primordial. Dificilmente pode-se conceber que um partido representará seu eleitorado mais do que os seus membros. No entanto o partido, sim, sensibiliza o governo acerca das demandas ascendentes. Como principal função, os partidos são instrumentos de expressão. Transmitem reivindicações apoiadas por pressões; esta é sua grande diferença e motivo de sua existência e importância. Diferenciam-se de outros elementos comunicativos ou representativos como pesquisas de opinião a partir do momento em que lançam o seu próprio peso nas reivindicações.

Foi, então, a progressão cumulativa e auto sustentada da facção para o partido, do governo responsável para o governo sensível, do partido parlamentar para o partido eleitoral, que estabeleceu a função fundamental, o papel funcional e a situação sistemática dos partidos – em suma, aquilo para que servem os partidos.<sup>55</sup>

Outra premissa de Sartori é que um partido faz parte de um todo, o autor inicia a explicação a partir da própria semântica da palavra. Semanticamente, partido transmite a ideia de parte. Para que a formação política seja considerada um todo pluralista, é necessário que este todo seja feito de partes. O todo não pode ser identificado como apenas uma parte, mas como um jogo mútuo de suas partes. Assim como a parte não pode ser considerada sem o todo, seria errado entender o partido como sem relação com o todo. Segundo Sartori, embora

---

<sup>55</sup> SARTORI, 1982, p.48.

o partido represente apenas uma parte, ela deve ter uma abordagem não-parcial do todo. “Se um partido não é uma parte capaz de governar em função do todo, isto é, tendo em vista o interesse geral, então não difere de uma facção.”<sup>56</sup> O regime autoritário brasileiro tem como uma de suas peculiaridades a dinâmica da relação entre governo e oposição. Um novo sistema partidário foi criado pelo regime, através do Congresso, foi promovida a reforma política que extinguiu o bipartidarismo. Os novos partidos deveriam conseguir fazer parte desta nova situação em que se apresentava o país. O novo modelo é o todo, na definição de Sartori; e a reorganização partidária pós-regime autoritário são as partes que compõe o sistema. A reorganização dos partidos ocorreu de maneira diferente do que em outros países da América do Sul, que passaram pelo mesmo período de liberalização. Após a reforma partidária de 1979, os partidos existentes antes do regime autoritário não se reorganizaram, a exemplo de outros países latino-americanos. No caso brasileiro, foi criado um sistema partidário totalmente novo.

Segundo Vieira, o governo de Figueiredo abre possibilidade para a reforma dos partidos políticos, contudo limitava o seu campo evitando certas correntes de opinião. No ano de 1979 se estreitava, com a anistia, o espaço político, porém, também se encurtava este espaço através da lei destinada à organização dos partidos.<sup>57</sup> A lei se caracteriza como uma verdadeira maratona burocrática como citado na manchete da *Zero Hora* de janeiro de 1980: “Maratona dos partidos”, em que Pedro Simon explicita seu descontentamento com os empecilhos que o governo impõe à criação de novos partidos e eleições municipais. Segundo o Senador, em notícia do mesmo jornal, esta é uma manobra do governo, que teria enviado o projeto propositalmente tarde para o congresso, com a intenção de impossibilitar eleições neste ano, em função de os partidos ainda não estarem devidamente constituídos.<sup>58</sup> Contendo muitas exigências e obrigando os futuros partidos a realizarem convenções regionais e municipais, a Lei da Reforma Partidária visava à valorização das pequenas cidades, onde o governo federal tinha maior controle da clientela dos votantes.<sup>59</sup>

Por fim, deve-se entender que partidos e facções são dois conceitos diferentes e o segundo carrega uma conotação negativa que não pode estar implícita no conceito de partido. “Ao que tudo indica a palavra facção não perdeu o seu sentido habitual, sua conotação original, ou seja, a de que á apenas a expressão de conflitos pessoais, de um comportamento

---

<sup>56</sup> SARTORI, 1982, p.47

<sup>57</sup> VIEIRA, 1985, p. 56.

<sup>58</sup> Zero Hora, 30/01/1980.

<sup>59</sup> VIEIRA, 1985, p.57.

auto-referido e que ignora o público.”<sup>60</sup> Existe uma necessidade de ser ter partidos, enquanto as facções simplesmente existem, sem caracterizarem-se como obrigatórias à existência de um sistema partidário. A crítica do autor às facções é a falta de justificativa funcional, fato que não se aplica aos partidos. A grande diferença é que os partidos servem de instrumento para vantagens coletivas, a partir do momento em que ligam o povo ao seu governo e estimulam possibilidades do sistema. Sem esquecer-se que, no entanto, os partidos e seus membros não são necessariamente altruístas e desprovidos de motivações egoístas. No entanto, Sartori entende que em função de o partido ser instrumento de vantagem coletiva, mesmo que a motivação seja pessoal – dentro de um partido – tal propriedade acaba sendo dissimulada. “Os partidos são criticados, com frequência, mas não são um mal por definição.”<sup>61</sup> Para que o sistema partidário exista, devem existir - também – os partidos. “Os partidos se transformam em agências canalizadoras, e o sistema partidário, no sistema de canalização política da sociedade”<sup>62</sup> Embora com todas as dificuldades que se apresentaram, a nova formação partidária brasileira surge, como já citado anteriormente, com os já existentes PMDB, antigo MDB, e PDS, antiga ARENA. Além destes, que já faziam parte do regime ditatorial, surgem também o antigo PTB de Leonel Brizola, dividido em PDT, o PT advindo da classe trabalhadora e o PP de Tancredo Neves.

O sistema partidário brasileiro durante o período da transição política continha dois partidos, ARENA e MDB. Havia uma expectativa de alternância de poder, embora não se concretizasse, porém não pode ser caracterizado como um sistema bipartidário, pois novos partidos já estavam surgindo. Dentro desta conjuntura, o PMDB, partido analisado, se enquadra nas três premissas básicas de Sartori. Pois foi fundamental para a criação de um novo sistema partidário que teve seu surgimento na década de 1980, diferenciando-se de uma facção. Fez parte do todo, que foi o contexto de transição pelo qual o país estava passando durante o período. E através da representatividade que teve conseguiu ser o canal de expressão de alguns setores para tornar-se uma parte (partido) capaz de governar.

## **2.2 Surgimento e atuação do MDB**

Para entendermos como se deu a construção partidária do PMDB devemos observar como se deu a aceitação do MDB no jogo político e a acomodação das diversas forças políticas dentro deste movimento; identificando como o MDB se legitimou politicamente

---

<sup>60</sup> SARTORI, 1982, p.46.

<sup>61</sup> SARTORI, 1982, p.46.

<sup>62</sup> SARTORI, 1982, p.62.

como oposição ao regime militar. A importância da análise da atuação da oposição durante o regime civil-militar reside no fato de que a experiência bipartidária vai gerar impacto na fase de reestruturação do multipartidarismo brasileiro.

A característica mais marcante do processo de formação do MDB é que este é balizado pela atuação autoritária do governo militar. Sua criação ocorre no ano de 1966, quando da extinção dos partidos pelo Ato Institucional nº2. O AI-2 - entre outras coisas - extinguiu os partidos e criava exigências rígidas para a constituição de novas formações; obrigando a oposição a concentrar todas as suas energias na reconstrução das estruturas representativas. <sup>63</sup>Ainda no ano de 1965, o governo baixa o AI-4, que estabelece as normas para a criação de novos partidos. O ato continha uma severidade que poderia ser inoportuna ao governo. Segundo Alves, a rigidez foi abrandada para que não se corresse o risco de não haver um número suficiente de parlamentares dispostos a arriscar a perda de seu mandato para formar um partido de oposição. “Não interessava ao Estado de Segurança Nacional montar um sistema unipartidário. Visando a sua própria legitimação, o Estado queria um partido de “oposição responsável”, ao qual caberia oferecer uma “crítica construtiva” ao governo.”<sup>64</sup> Surgem MDB e ARENA; sendo que o primeiro é criado para abrigar os diversos partidos de oposição e as elites políticas que se opunham ao governo militar, e o segundo surge como partido de apoio ao governo.

Segundo Madeira, o período que antecede a formação dos dois partidos que durante 15 anos comporiam o sistema bipartidário brasileiro é marcado por incertezas, hesitações, avanços e recuos. Madeira entende que o evento a ser demarcado na história partidária do país é o AI-2, e não a criação dos partidos que dele se sucederam. “A criação destes dois partidos não anula a história, as tradições, as rivalidades e os laços de lealdade que caracterizavam a política brasileira de então.” <sup>65</sup> Entende-se que o que mudou foi a moldura institucional, e a partir disso toda a política terá de se adequar e passará a atuar dentro destes limites. E então em 1965 o AI-2 extingue os partidos e decreta eleições indiretas para presidente da república. “A principal característica dos dois partidos então criados era a confluência das mais variadas tendências que, por razões de sobrevivência política, eram obrigadas a conviver dentro de um mesmo partido.” <sup>66</sup> Ou seja, para a autora o sistema bipartidário já nasce marcado pela artificialidade da convivência de diversas vertentes dentro de uma só agremiação.

---

<sup>63</sup> ALVES, 2005, p.114.

<sup>64</sup> ALVES, 2005, p.15.

<sup>65</sup> MADEIRA, 2006, p.52.

<sup>66</sup> KINZO, 1988 p.31.

O MDB, partido de oposição, surge com um caráter frentista que vai marcar sua organização e suas estratégias durante o regime militar.

A unificação sob uma mesma legenda de ex-trabalhistas, ex-pessedistas, comunistas e mesmo janistas e ex-udenistas, conferiram ao MDB uma unidade precária, construída sobre a concordância em torno da necessidade de restabelecimento do regime democrático.<sup>67</sup>

O caráter frentista será o conceito chave, segundo Bizarro, para compreender a reorganização do partido e do sistema partidário em 1979, durante a reforma partidária. Com esta composição não havia regularidade entre os grupos internos, dificultando a competitividade do MDB nas eleições contra a ARENA, tanto em função de suas próprias dificuldades internas, quanto pelas medidas arbitrárias que favoreciam o partido do governo.

Com a criação do sistema bipartidário, o contexto pretendido pelo regime era de um partido governista majoritário que garantia estabilidade ao governo; em oposição a um partido minoritário com muitas divergências internas e uma polarização entre moderados e autênticos.<sup>68</sup> Porém, segundo Madeira, este é um contexto que não terá uma duração tão longa quanto a planejada pelo governo, pois na década de 1970 MDB vai dar um grande salto. O crescimento do partido será alimentado pela crise do petróleo que provocou o fim do milagre econômico e o esfacelamento da luta armada. É nesta época que o MDB vai assumir definitivamente o papel de escoadouro das insatisfações em todos os níveis.

Depois de baixados os dois primeiros Atos Institucionais, ainda restava um problema não resolvido: as eleições.

As eleições de 1965 haviam demonstrado que a coalizão no poder podia controlar os estados rurais, especialmente do Nordeste, valendo-se eficazmente das relações clientelísticas. Tais controles não se aplicavam, entretanto, nos estados industrialmente mais avançados, com maior velocidade de informação e mais altos níveis de educação e politização.<sup>69</sup>

Portanto, o A. I. nº 3 de 1966 vai instituir a necessidade de consolidação do controle em todos os níveis do poder político. Estabelecendo que governadores fossem eleitos indiretamente por votação pública e nominal na Assembleia Legislativa e que os prefeitos das

---

<sup>67</sup> BIZARRO, 2013, p.26.

<sup>68</sup> MADEIRA, 2006, p. 58.

<sup>69</sup> ALVES, 2005, p.122.

capitais federais seriam indicados por estes governadores. A representação política se torna limitada e o MDB como oposição sofre com expurgos e cassações<sup>70</sup> de mandatos.

No mesmo ano do decreto do AI-3, são chamadas eleições e surge uma campanha de intimidação por parte do governo, visando enfraquecer o MDB. Em função de atos arbitrários do regime, surge um intenso debate dentro do MDB sobre a validade do partido. Alguns dos membros defendiam a extinção como protesto a realidade unipartidária vivida. “A participação do MDB nas eleições de 1966 foi limitada não só por sua incapacidade de se organizar em todos os Estados, como pelo cancelamento em larga escala dos registros por ele apresentados.”<sup>71</sup> Apesar de não ter condições de participar efetivamente das eleições o MDB saiu vitorioso no Rio de Janeiro, Guanabara e Rio Grande do Sul. Isso se deveu ao fato de que nestes Estados havia um grande número de membros oriundos do extinto PTB, possibilitando a organização com bases mais estáveis nestas localidades.

Os problemas pelos quais o MDB passou acabaram provocando uma descrença que, segundo Kinzo (1988), gera um intenso processo de renovação das elites. Na década de 1970, as elites tradicionais, que ainda eram vinculadas ao sistema partidário anterior ao golpe, foram ficando de lado e o partido começa a se renovar. É nessa década que a situação muda para a oposição, que ganha mais força no embate político.

O MDB abriu espaço para a emergência de diversos novos líderes, sem vinculação com a competição política anterior ao golpe que utilizariam o partido da oposição como veículo para se opor às elites tradicionais que dominaram a política – especialmente ao nível local - desde o primeiro momento do novo regime. Essas novas elites trouxeram consigo um esforço de reorganização do MDB, visando à melhora de seus resultados eleitorais a partir do início da década de 1970.<sup>72</sup>

É importante compreender a experiência bipartidária para que se possa explicar a dinâmica da volta ao multipartidarismo, a formação e o caminho trilhado pelo MDB durante o regime militar devem ser compreendidos como sendo, também, oriundo do período multipartidário anterior. Será apenas na segunda metade da década de 1970 que as legendas ARENA e MDB vão se sobrepor aos antigos partidos. Segundo Madeira, UDN, PTB, PSD, PSP, PL e outros partidos do regime democrático definiram campos e espaços no interior da ARENA e MDB, argumentando que o mesmo fenômeno ocorre na configuração do sistema

---

<sup>70</sup> Amaury Muller, Floriceno Paixão, Mariano Beck, Henrique Henkin, Matheus Schmidt, Nadyr Rossetti, Unírio Machado e Zaire Nunes foram deputados do MDB cassados ao longo do regime militar.

<sup>71</sup> ALVES, 2005, p. 124.

<sup>72</sup> BIZARRO, 2013, p.28

partidário brasileiro atual, que se definiu em 1980. Os dois partidos terão grande influência na configuração do multipartidarismo, durante a liberalização na década de 1980.<sup>73</sup>

O MDB foi um partido criado a partir da representação parlamentar. Surge de forma elitista, de cima para baixo e fixado a partir de uma regra ditatorial. Muitas de suas características que o seguirão durante sua trajetória estão conectadas a este fator. Seus problemas posteriores de representação podem ser relacionados à sua criação ainda no contexto de regime militar. A diversidade de origens partidárias que caracteriza o MDB e, posteriormente, o PMDB é uma consequência do artificialismo no qual foi criado o partido.

### **2.3 Os recém formados partidos no RS**

Como visto, a volta ao multipartidarismo foi resultado de uma reforma implementada pelo governo militar nos anos de 1979. Assim como quando do início do bipartidarismo tivemos uma situação diferente no Rio Grande do Sul, a transição ao multipartidarismo também ocorreu de outra forma no Estado. A situação se apresenta de maneira peculiar, principalmente no caso do PMDB. A transição dentro do Estado se deu de maneira singular, em função de sua localização fronteiriça e de uma forte oposição já calcada no MDB regional, com raízes trabalhistas. O PMDB gaúcho também tinha sua particularidade e diferença com relação ao resto do país, pois continha uma forte herança trabalhista do PTB pré-golpe. Sendo, esta uma das características mais importantes da organização do partido no Estado. Um reflexo desta conjuntura é a repercussão - no Estado - sobre a possibilidade de primeiras eleições diretas. A expectativa, segundo a *Zero Hora* - em janeiro de 1980 - era de vantagem por parte do PDS, antiga ARENA, em função da divisão das oposições. No Rio Grande do Sul se daria um confronto direto PMDB e PTB.<sup>74</sup>

Apesar da característica trabalhista do Movimento Democrático Brasileiro gaúcho, a estratégia de quebrar a ampla frente de oposição configurada pelo MDB vai conduzir a nova forma como se construirão os partidos. A oposição ligada ao antigo PTB, forte no Estado, será organizada por Leonel Brizola e acabará ganhando expressão nacional como PDT e junto o PMDB ocupará o espaço reservado aos partidos de centro-esquerda.

A implementação da lei da reforma partidária, posterior à dissolução dos dois partidos existentes, gerou discussões e foi alvo de críticas da oposição. O projeto foi considerado uma manobra do governo de dividir a oposição, até então aglutinada sob o MDB, visando maior êxito eleitoral do partido governista. No Rio Grande do Sul este foi um tema intensamente

---

<sup>73</sup> MADEIRA 2006, p.83.

<sup>74</sup> Zero Hora, 27/01/1980.

debatido entre os principais líderes dos partidos oposicionistas. Um encontro entre Simon e Brizola, depois de cinco meses de rompimento, demonstra que a união entre as oposições era cogitada por ambos como uma possível alternativa. Segundo Pedro Simon, os dois buscam, em meio às divergências, encontrar o caminho que corresponde a maior possibilidade de vencer o arbítrio do governo.<sup>75</sup>

O objetivo do governo com a tentativa de enfraquecimento da oposição, a partir de uma lei, foi plenamente atingido no Rio Grande do Sul. Pois, em função das longas disputas entre PDT e PMDB, o PDS acaba vencendo as eleições em 1982. “No Rio Grande do Sul verificou-se uma situação peculiar. Embora esse Estado seja considerado politicamente desenvolvido, nele venceu o partido de situação.”<sup>76</sup> O candidato do PMDB ao governo do Estado, Pedro Simon, foi derrotado com uma diferença de 0,6% dos votos e só em 1986 chegaria ao Palácio Piratini.<sup>77</sup>

O surgimento dos novos partidos significa, então, um enfraquecimento da oposição em um primeiro momento. Porém, posteriormente a situação vai modificando e os novos partidos começam a ganhar força ao longo da década de 1980. Em especial, se destaca no Rio Grande do Sul, o PDT. O partido terá um peso significativo no Estado, embora dividindo com o PMDB. Já o recém-surgido PT, somente consegue projetar-se no Estado em 1988 com Olívio Dutra.

## **2.4 Criação do PMDB**

A trajetória do PMDB foi dividida por Kinzo, em três fases. A primeira remete ao início do período ditatorial, quando da forte repressão e no princípio da organização partidária. O contexto era muito desfavorável e o MDB foi superado pela ARENA em todas as eleições até o ano de 1972. Tamanha era a disparidade que em 1970 alguns líderes do partido chegam a cogitar sua extinção. A situação se alterou a partir do início da década de 70 quando um processo de reorganização do partido começa a surgir. Esta fase está marcada pelo fim do “milagre” econômico e o início do processo de abertura política, período estudado. Neste contexto MDB se encontra em condições já melhores nas disputas eleitorais em que concorre.

A oposição emedebista é demarcada com a anti-candidatura de Ulysses Guimarães à Presidência em 1973. E nas eleições de 1974, o partido obtém o primeiro e inesperado resultado positivo. Durante a década de 70, incentivados pelas vitórias do MDB, os

---

<sup>75</sup> Correio do Povo, 21/02/1980.

<sup>76</sup> PETERSEN, 1999, p. 26.

<sup>77</sup> PADRÓS, GASPAROTTO, 2010, p.44.

estrategistas da ditadura vão incentivar uma nova dissolução do sistema partidário. A estratégia era de enfraquecer o partido de oposição, que vinha se fortalecendo, e permitir que seus vários grupos internos se separassem e formassem novos partidos.<sup>78</sup> A terceira fase diz respeito à fundação do PMDB, propriamente dita, em diante. Apesar da estratégia governamental, o partido continuou existindo, porém com algumas cisões e ainda muita divergência em seu cerne.

Segundo Neto e Pasquareli, há duas dimensões que devem ser levadas em conta na delimitação dos atributos essenciais da formação do PMDB. São elas: a especificidade do partido como uma frente de oposição em um regime autoritário e a sua vocação eleitoral. Ambas as características também foram expressas em Kinzo (1988). O PMDB se caracteriza como um partido de oposição eleitoral a um regime ditatorial de caráter militarizado. Está profundamente envolto em contradições a partir do momento em que unifica grupos de oposição completamente divergentes em torno de uma só bandeira; do retorno à democracia. Durante a época do regime ditatorial, outros partidos e vertentes - como os trabalhistas - utilizaram-se do partido único de oposição, porém a partir do momento em que a oportunidade de dividir-se surgiu, o fizeram. Brizola compara o MDB a uma capa de chuva, “quando a chuva estava caindo forte, precisávamos usá-la. Mas agora que o tempo começa a amainar, está na hora de tirar a capa e aparecer com nossa roupa verdadeira”.<sup>79</sup> Porém, ao mesmo tempo em que se impõe esta missão de enfrentamento à ditadura, acaba por legitimá-la como mais branda que nos outros países da América Latina, ou - como se pretendia com o sistema bipartidário - “democratizar” o regime. “Foi criada no Brasil a aparência de uma democracia, com a solução de alternância de cinco generais no período assinalado - os quais tinham o poder de cassar mandatos e direitos políticos (...)”<sup>80</sup>

Outra especificidade deste partido está na utilização de seu passado como oposição à ditadura, MDB, para legitimar-se futuramente. A maneira que o PMDB encontra para legitimar-se é através de sua histórica luta oposicionista ao regime civil-militar. Objetivo de trazer sua História é para utilizá-la como recurso eleitoral na década de 1980. O que difere este partido dos outros é que não se pauta pela busca de líderes a serem seguidos, mas sim de seguir a trajetória do próprio partido e de suas lutas e conquistas.

Entretanto, diferentemente, do caso do PDT, que se utilizava de “ícones” e “pais fundadores”, a genealogia simbólica ou linhagem mitológica que os peemedebistas

<sup>78</sup> KINZO, 1988, p.21

<sup>79</sup> Zero Hora, 23/04/80.

<sup>80</sup> BICALHO, 2013, p.18.

buscam construir e afirmam ser herdeiros, não é da figura de um líder ou personagem, mas do próprio partido o MDB e sua trajetória durante o regime militar.<sup>81</sup>

Um exemplo que confirma esta utilização do passado histórico encontrado na fonte pesquisada foi um discurso de Pedro Simon em que este diz: “O povo gaúcho não pode faltar ao Brasil. Queremos ser um partido que mantenha as tradições de luta contra a opressão, que era a alma do MDB. Seria um crime que a nação e sua história jamais nos perdoariam, abrir mão, desprezar e esquecer o fabuloso patrimônio de resistência democrática do MDB”.<sup>82</sup> Retomando para o eleitorado do Rio Grande do Sul a história e força que o partido tem dentro do Estado. Simon continua: “Lutei e continuarei lutando por nossa unidade política, num grande partido popular, cujo caráter nacional lhe deu forças para enfrentar e vencer o arbítrio deste regime e deste governo que se negam à nação”<sup>83</sup>

O PMDB da década de 1980 terá suas críticas a outros partidos, principalmente ao PDT de Brizola, porém estará sempre focado em um “inimigo comum” que se caracteriza como o PDS. O caso da presença de Ulisses Guimarães na inauguração da sede do PTB em Brasília exemplifica bem esta situação, pois segundo Simon isso pode ser visto como algo natural, já que “o inimigo é o sistema que aí está”, e não o PTB. Para ele oposições marcham juntas para fazer frente ao governo. Além disso, também comenta o fato de que em Brasília não há disputa tão acirrada entre os dois partidos com há no Rio Grande do Sul.<sup>84</sup> O partido se entende como verdadeira oposição, enquanto seus concorrentes o apreendem por contribuinte para as vitórias do partido governista. Em uma matéria da *Zero Hora* do final de janeiro de 1980, Paulo Timm – integrante da direção nacional do PTB – diz que o antigo MDB que foi sendo enriquecido pelas correntes de esquerda, que aumentaram sua combatividade contra a ditadura. Porém o caráter do partido nunca foi combativo. Esteve sempre na retaguarda e seu instrumento de luta eram as eleições. Critica a atitude de recuar do MDB frente à abertura política. Diante desta nova conjuntura o MDB ainda desconfia desta e não se dá por conta que a situação atual é outra. “Mudança de ditadura aberta para uma situação de dominação controlada.” Fala, também, sobre a tentativa de preservação da unidade da “frente”. O partido não teria se dado por conta de que as formas de dominação e a correlação de forças mudaram. Segundo Timm é um oportunismo do PMDB não querer aceitar esta nova realidade, pois se aceitassem seria o seu fim.

---

<sup>81</sup> TRINDADE, 2011, p.51.

<sup>82</sup> Zero Hora, 27/01/1980.

<sup>83</sup> Zero Hora, 27/01/1980.

<sup>84</sup> Zero Hora, 28/03/1980.



### 3. ESTABELECIMENTO E ATUAÇÃO DO PMDB EM 1980

Neste capítulo, analisou-se nos periódicos a atuação do PMDB em 1980, ano em que se iniciou a reorganização dos partidos no Brasil, após o golpe civil-militar. Primeiramente, será realizada uma descrição do funcionamento da lei da reforma partidária de 1979, para posteriormente partirmos para a análise mais concreta do PMDB. Assim, conseguiremos entender como se deu a sua organização em cada etapa desta trajetória e qual foi a amplitude de sua atuação no Estado do Rio Grande do Sul. A pesquisa foi feita através dos jornais Zero Hora e *Correio do Povo* durante este período.

#### 3.1 A lei da reforma partidária

Em 1979, sob protestos, é aprovada no Congresso a Nova Lei Orgânica dos Partidos que extingue MDB e ARENA. Quem pretendesse obter o registro de seu partido político deveria cumprir uma série de complexas normas e etapas; os obstáculos impostos pela lei geraram a desarticulação da oposição. A Zero Hora do dia vinte e dois de Janeiro de 1980 frisa que todos os partidos, com exceção do PDS, do governo, enfrentam diversos obstáculos para se estruturar em razão da complexidade da lei de reforma partidária.<sup>85</sup> Ao substituir os antigos partidos por outros novos, o governo pretendia dividir a oposição e conter o avanço do MDB no congresso; evitando – inclusive – uma possível vitória do partido nas eleições de 1982. “Os dispositivos da lei redefiniam o cenário da política formal e deixavam bem claro o principal objetivo do Estado: garantir o controle governamental sobre a oposição sem sacrificar as vantagens legitimadoras de “eleições livres”.<sup>86</sup> Mesmo sendo de amplo conhecimento que a lei se constituía em uma estratégia dividir o MDB, a oposição não pode se opor à ideia, pois já vinha há algum tempo reclamando o direito de formar novos partidos políticos.

Para obter o reconhecimento legal provisório, um novo partido tinha de cumprir as seguintes etapas: os fundadores do partido deviam eleger uma Comissão Diretora Nacional Provisória, composta de sete a onze membros do partido, publicar um manifesto, conter programa e estatutos; apresentando-os ao Superior Tribunal Eleitoral através da Comissão eleita. Além disso, esta Comissão Diretora, que era provisória, deveria designar Comissões estaduais que, por sua vez, indicavam Comissões Municipais e Comissões para as zonas eleitorais nas capitais dos estados. O Tribunal eleitoral deveria receber cópias oficializadas em

---

<sup>85</sup> Zero Hora, 22/01/1980.

<sup>86</sup> ALVES, 2005, p.322.

cartório das minutas das reuniões realizadas para designar essas comissões. Estas eram as formalidades iniciais para obter um registro provisório.

Uma vez completadas estas primeiras etapas, os partidos dispunham de doze meses para organizar-se completamente e garantir o seu registro. Para tanto, era necessário eleger um Diretório nacional e realizar convenções em, no mínimo, um quinto dos municípios de pelo menos nove estados. Depois de obtido o registro, o partido só estaria apto a funcionar caso tivesse entre seus fundadores, pelo menos 10% dos representantes do Congresso Nacional, ou se fossem eleitos nas eleições mais recentes para a Câmara dos Deputados com pelo menos 5% do total de votos em pelo menos nove estados.

Outra exigência da Nova Lei foi o acréscimo da palavra partido antes da sigla. Entende-se que esta foi uma tentativa do governo de dificultar a estratégia do MDB, que apenas incluiu a palavra antes da sigla, tornando-se PMDB. Os membros do partido do Governo se mantiveram unidos para formar um partido novo, o PDS. Com uma mudança de nome, esconderiam as medidas autoritárias e o caráter ditatorial da antiga sigla ARENA. Já o partido de oposição, tinha outra metodologia para se promover, tendo em vista que pretendia utilizar-se de sua trajetória oposicionista para se legitimar. Os membros do MDB quiseram manter sua identidade como um movimento unificado de oposição que estava em crescimento. “O anúncio da intenção do Governo de abolir os partidos foi recebido com a resolução de ver o partido “renascido de suas próprias cinzas como a Fênix” no dia seguinte à sua extinção forçada.”<sup>87</sup>

Simon utiliza-se da trajetória prévia do partido para tentar fortalecê-lo. O emprego da palavra partido antes da sigla também pode ser entendida como superação da visão negativa que a palavra facção carrega e que, no conceito de Sartori, a palavra partido não deve carregar, mas por vezes acaba trazendo consigo esta conotação. Diferenciar o conceito de partido do conceito de facção é uma das primeiras análises a se fazer, segundo Sartori. Um partido é parte de um todo, enquanto a facção é uma parte contra um todo.<sup>88</sup> Ao buscar suprir as exigências da nova lei, os partidos buscaram fazer parte do sistema partidário sem que haja uma negatividade implícita em seu cerne.

O ano seguinte à promulgação da lei vai ser marcado por um intenso debate da oposição sobre qual o melhor caminho a seguir. Alguns setores defenderam a unidade oposicionista sob o PMDB, outros partiram em busca do registro de seus próprios partidos.

---

<sup>87</sup> ALVES, 2005, p.323.

<sup>88</sup> SARTORI, 1982, p.32.

No final de Janeiro o jornal Zero Hora publica uma notícia que fala sobre os problemas de representatividade que os novos partidos vêm enfrentando. Há uma preocupação por parte da oposição quanto ao desinteresse pela política de partidos, com a confusão dos eleitores em função das siglas e com a divisão da oposição. Além disso, havia a questão da distância dos projetos dos partidos de oposição para com os movimentos populares. “As lutas populares caminham de um lado e a articulação de partidos de oposição de outro.”<sup>89</sup> Porém a situação vai se encaminhando ao longo do ano e, os setores da classe trabalhadora, por exemplo, viram aí a oportunidade de maior participação política. De modo geral pode-se dizer que a primeira vista a estratégia do governo de dividir a oposição tenha funcionado, mas como frisa Alves: “A tentativa de evitar e controlar a atividade política desencadeou novas energias oposicionistas de um modo que o Estado não esperava nem pretendia.”<sup>90</sup>

### 3.1.1 Estruturação

Através da Lei da reforma partidária, o TSE regulou a organização, fundação, funcionamento e extinção dos partidos. Como visto anteriormente, uma série de exigências deveriam ser cumpridas para que os partidos passassem a funcionar. A elaboração deste projeto, como noticiado, foi feita em repetidas sessões administrativas do TSE. Antes mesmo da regulamentação da lei, em Fevereiro de 1980, o PMDB e o PTB já haviam solicitado o seu registro, demonstrando que dentre os oposicionistas, eram os que já estavam em maior nível de organização. A legenda do PTB vinha sendo disputada entre os grupos de Leonel Brizola e Ivete Vargas.<sup>91</sup> No entanto, o TRE -em Fevereiro - já aponta uma impossibilidade de que se concretizassem as eleições, marcadas para Novembro de 1980. A data já havia sido remarcada de Março para Novembro, pois nem mesmo o partido do governo teve condições de se organizar desde a implementação da lei da reforma partidária até o mês de Março. Tendo em vista as dificuldades impostas pela nova lei, o TRE avisa que caso os partidos não se organizassem não haveria eleição.<sup>92</sup> No entanto, o cumprimento do calendário eleitoral era o tema da campanha do PMDB desde o início do ano de 1980, visando às eleições Municipais ainda neste ano.<sup>93</sup> A atitude do TSE de demonstrar a impossibilidade de eleições, caso não haja partidos estruturados, denota a importância e o papel que os partidos têm dentro de um

---

<sup>89</sup> Zero Hora, 27/01/1980.

<sup>90</sup> ALVES, 2005, p.326.

<sup>91</sup> Zero Hora, 12/02/1980.

<sup>92</sup> Correio do Povo, 21/02/1980.

<sup>93</sup> Correio do Povo, 07/02/1980.

sistema partidário, “Os partidos são instrumentos funcionais- servem a objetivos e desempenham papéis – e as facções não.”<sup>94</sup> O contexto de saída de um sistema bipartidário para uma situação de pluripartidarismo ressalta esta importância. No entendimento de Huntington, a questão das eleições trás a tona os problemas de legitimidade dos regimes autoritários. Este já se utilizava de um caráter democrático para manter-se no poder, porém em função do declínio econômico e crises financeiras não consegue mais sustentar-se. Por isso inicia um projeto de abertura e chama eleições. “Confrontado com tal erosão de legitimidade, os líderes autoritários podiam responder, e respondiam, de uma ou mais maneiras entre cinco.”<sup>95</sup> O regime podia recusar-se a reconhecer seu declínio, manter-se cada vez mais repressivo, provocar um conflito externo e legitimar-se através do nacionalismo, estabelecer uma aparência de legitimidade democrática para o regime ou acabar com o governo autoritário estabelecendo um regime democrático. Desde o princípio, os militares prometeram que em algum momento restaurariam a democracia. À medida que a legitimidade do regime brasileiro declinava por desempenho, maior pressão a oposição fez para que se cumprisse essa promessa.

De acordo com a divisão proposta pelo Jornal *Zero Hora*, no dia dezoito de Fevereiro de 1980, o processo para adquirir o registro definitivo pode ser dividido em quatro fases desde a fundação até o funcionamento dos partidos. São elas: estruturação, registro provisório, organização e registro definitivo. A primeira etapa, da estruturação, consiste em cumprir as exigências para que o partido possa ser criado. Duas são as principais exigências: um mínimo de cento e um eleitores que elaborem um manifesto de lançamento, o programa e estatuto e a eleição de uma Comissão Diretora Nacional provisória que contenha onze membros.<sup>96</sup> Esta primeira fase foi marcada pela multiplicação das bancadas no parlamento, decorrente do pluripartidarismo e da disputa –na Assembléia Legislativa – entre três principais composições partidárias. O bloco do PDS substitui a ARENA, na oposição, o PMDB substitui o MDB, e o terceiro bloco se caracteriza no trabalhismo do PTB. As disputas entre os três blocos surgem de diversas maneiras. De acordo com o que foi observado na fonte, inicialmente se propõe uma unidade na oposição para fazer frente ao partido do governo, porém a idéia é abandonada em função das próprias disputas entre os opositoristas. Um exemplo destas disputas é a briga pelo cargo do líder de oposição. Quando do bipartidarismo a ARENA contava com os cargos de líder de governo e um líder de bancada e o MDB o líder de bancada e um líder de

---

<sup>94</sup> SARTORI, 1982, p.46.

<sup>95</sup> HUNTINGTON, 1994, p.62.

<sup>96</sup> Zero Hora, 18/02/1980.

oposição. Porém, com o surgimento de um terceiro bloco, do PTB, esta estruturação de cargos não se sustenta mais. Tendo em vista que não é mais o único partido oposicionista, os Petebistas entenderam que não seria justo ter uma só pessoa falando em nome de dois blocos com ideologias tão distintas.<sup>97</sup> O PMDB defende a manutenção deste cargo. Exatamente em função das divergências é que, para alguns peemedebistas, o cargo deve continuar existindo. Segundo Ibsen Pinheiro<sup>98</sup> “O líder da oposição é fundamental como elemento conciliador”<sup>99</sup> A disputa pelo cargo de líder de oposição vem ao encontro da terceira premissa de Sartori para que haja a caracterização de um partido. Os partidos, para o autor, são canais de expressão, ou seja, devem ser representativos. E a partir do momento em que há mais de uma visão oposicionista que conta com demandas trazidas, tanto de seus membros, quanto de seus apoiadores, este cargo se tornou motivo de debate entre PMDB e PTB. Gerando uma disputa por maior representatividade, corroborando a premissa de representação da definição de partido do autor. “Apenas os partidos que são partes encontraram sua razão de ser essencial e seu papel insubstituível na implementação do governo representativo e sensível.”<sup>100</sup> Apesar de entender o partido a partir desta perspectiva, o autor conclui que:

Dizer que um sistema partidário é um sistema pluralista de “partes” que “expressa” vigorosamente a opinião dos governados deixa muita coisa por ser dita. Mas é a premissa que dá perspectiva e proporção às muitas coisas que ficam por ser ditas.<sup>101</sup>

Como citado, as disputas entre as oposições e a questão da proposta de união entre PTB e PMDB é uma constante nos periódicos pesquisados.<sup>102</sup> Juntamente à questão da unidade entre oposições, que também será tema de debates intensos entre os dois maiores partidos oposicionistas e cada um tem uma visão desta.<sup>103</sup> Para o PTB significa a organização independente dos partidos, enquanto o PMDB acredita e tem em Pedro Simon seu maior porta-voz, que a oposição deveria reunir-se sob o partido. O deputado Carlos Augusto de Souza questiona: “que preço as forças anti-regime tiveram que pagar para que, finalmente, o PMDB se convencesse que a unidade das oposições não é a unidade de todos num MDB renovado, como dizia Pedro Simon.”<sup>104</sup> O próprio programa do PMDB, aprovado no dia quinze de Janeiro, foi tema de discussões. Considerado liberal para integrantes do PT e do

<sup>97</sup> Zero Hora, 10/02/1980.

<sup>98</sup> Iniciou a carreira política em 1976 e em 1978 foi eleito deputado estadual pelo PMDB.

<sup>99</sup> Correio do Povo, 210/02/1980.

<sup>100</sup> SARTORI, 1982, p.48.

<sup>101</sup> SARTORI, 1982, p.50

<sup>102</sup> Ver Correio do Povo, 21/02/1980; Zero Hora, 28/03/1980, 23/04/1980, 17/05/1980, 31/07/1980 e 10/10/1980.

<sup>103</sup> Zero Hora, 17/01/1980, 08/02/1980, 31/05/1980

<sup>104</sup> Zero Hora, 08/02/1980.

PTB, aclarava que as divergências entre PTB e PMDB sobre a questão democrática era tratada de forma abstrata e formal no programa. “O PMDB, lentamente, perde sua marca mais radical dos partidos de oposição. Altera seu discurso, especialmente no que diz respeito ao problema da unidade das oposições e se coloca, ao que parece, à direita do PTB e PT”<sup>105</sup>

Quanto às questões formais, o PMDB inicia seu trabalho de estruturação na frente dos outros partidos, e decorridos cerca de cento e vinte dias tem representação formal em duzentos e dois municípios do Estado, faltando apenas trinta municípios para completá-lo. O que segundo o *Jornal Zero Hora* caracteriza-se como um recorde de organização partidária.<sup>106</sup> A primeira semana de 1980 se constituiu na arrancada para a formação efetiva dos novos partidos políticos. Até então, apenas PTB e PMDB patrocinaram concentrações em nível de arregimentação. O partido governista era a maior força eleitoral no Rio Grande do Sul, a segunda expressão era o PMDB, seguida do PTB – que ainda pertencia à Brizola.<sup>107</sup> Apesar de estar bem organizado nos quesitos formais, o PMDB foi muito criticado em sua regulamentação a nível interno pelos seus próprios membros. Essas críticas se dirigiram a falta de ação do partido com os movimentos sociais e também de um determinado imobilismo. Na *Zero Hora* do dia vinte e três de Março de 1980 um integrante da Comissão Regional Provisória, não identificado, expressa sua opinião de que assim como a sociedade vem se movimentando, o PMDB deve sair do imobilismo em que se encontrou durante os anos de ditadura e deve avançar junto com os movimentos sociais. A crítica é ao próprio partido e de como as lideranças o vem conduzindo; “certas lideranças devem perder o medo ou o comodismo de agir neste sentido”. Apesar da já tradicional disputa com os trabalhistas, o opositor acredita que o partido deve sair dos parlamentos e atuar junto aos movimentos que diversos segmentos sociais vêm fazendo, e se não o fizer, deixará ou não conseguirá ser um partido popular, perdendo terreno não para o PTB, pois esse já teria um desgaste, em sua opinião, mas sim para o PT.<sup>108</sup> Além de críticas internas, o PMDB também sofria críticas por parte dos outros partidos de oposição, principalmente dos trabalhistas que ainda estavam reunidos sob a legenda do PTB. Alceu Collares diferencia os dois partidos dizendo que o PTB tem objetivos com a classe trabalhadora e que o trabalhismo é o instrumento pacífico, livre e democrático para a transição entre o capitalismo e o socialismo. Enquanto o PMDB seria integrado por conservadores, liberais e progressistas com

---

<sup>105</sup> Zero Hora 03/02/1980.

<sup>106</sup> Zero Hora, 23/04/1980.

<sup>107</sup> Zero Hora, 02/01/1980.

<sup>108</sup> Idem 96.

pensamentos antagônicos que imobilizam o partido, impedindo seu avanço.<sup>109</sup> A transição democrática no Brasil demonstra-se, como citado anteriormente, como um caso exemplar de transição pactuada, em que há um processo de negociação com a oposição. Porém, neste tipo de transição nenhum dos lados tem a plena certeza de como se dá o curso da situação e por isso é marcada por medos e incerteza. A atitude do PMDB, criticada por seus opositoristas de imobilismo e comodismo, vai ao sentido de afirmar a incerteza que o partido também tinha com relação à transição.

O PMDB teve alguns problemas para formar sua Comissão Provisória, pois o prazo para enviar os onze nomes a Brasília estaria se encerrando no dia seis de Fevereiro, no entanto, em função de apenas três nomes o partido só conseguiu enviá-los ao final de Fevereiro, quando a Comissão Regional provisória do PMDB foi concluída e presidida por Pedro Simon. No dia vinte e quatro de Fevereiro, o Jornal *Correio do Povo* publica: “Simon consegue concluir a lista para a direção: somente ontem ficou definida a comissão provisória do PMDB, a ser presidida pelo senador Pedro Simon.”<sup>110</sup> Os três últimos nomes que ainda restavam e geraram este atraso eram de representantes dos líderes sindicais e do movimento estudantil; revelando a falta de integração do partido com os setores.<sup>111</sup> Com a Comissão Regional formada, representação em todos os municípios dos Estados, programa do partido concretizado e com a maioria das exigências impostas pela lei partidária cumpridas, o PMDB passa para uma nova etapa. Os meses que precedem a obtenção do Registro provisório do partido são marcados pela busca da consolidação da imagem pública do partido. O balanço positivo do número de prefeitos e vereadores e as Comissões Provisórias deram segurança ao PMDB para iniciar um trabalho de divulgação da sua mensagem para a população do Estado.<sup>112</sup> Um dado destacado desta nova fase é a participação efetiva do senador Paulo Brossard<sup>113</sup>

### 3.1.2 Registro provisório

A segunda fase pela qual o PMDB passou no ano de 1980 foi a fase do Registro provisório. Em Março deste ano o Jornal *Zero Hora* publica a manchete “PMDB conclui

---

<sup>109</sup> Zero Hora, 12/02/1980.

<sup>110</sup> Correio do Povo, 24/02/1980.

<sup>111</sup> Correio do Povo, 06/02/1980.

<sup>112</sup> Zero Hora, 29/03/1980.

<sup>113</sup> Sua carreira política iniciou no Partido Libertador, onde foi eleito como deputado estadual em 1954, 1958 e 1962. Posteriormente ao golpe, filiou-se ao MDB, sendo eleito deputado federal em 1966 e senador em 1974. Quando da transição, ocupava o cargo de vice-presidente do MDB (1975-1979) ao lado de Simon.

estruturação.”<sup>114</sup> Com as Comissões provisórias já praticamente estabelecidas menos de três meses depois da publicação da lei da reforma partidária, o PMDB do Rio Grande do Sul já inicia a segunda fase de implantação do partido.<sup>115</sup> Após o trabalho de organização e estruturação, o partido entendeu que era necessária a utilização de um novo tipo de ação de movimentação partidária. O objetivo desta fase é de consolidação da imagem do partido, para isso o PMDB visa mostrar aos gaúchos a sua potencialidade a partir das lideranças nacionais, promovendo concentrações com a participação de grandes líderes do partido como Miguel Arraes<sup>116</sup> e Teotônio Vilella<sup>117</sup>. A ideia é levar a palavra destas lideranças nacionais para todo o interior do Estado. Segundo Pedro Simon, a continuidade do processo partidário volta-se para as praças públicas, onde visava debater com a população os problemas e a crise econômica; propondo uma união à população para enfrentar o autoritarismo.<sup>118</sup> As lideranças presentes no processo de transição democrática passaram a ser uma variável a ser estudada, pois no conceito de Share e Mainwaring para que o modelo de transição pela transação, aplicável ao caso brasileiro, há a necessidade de lideranças “habilidosas”. O papel destes líderes é de negociar a transição, dentro do conceito de transição pactuada, com as elites no poder.

Durante este período, a Câmara Municipal passou a funcionar com quatro blocos definidos. PMDB, PDS, PTB e PT já tinham seus líderes e estavam atuando.<sup>119</sup> As disputas entre o PMDB e o partido governista aumentam e a questão central é a do adiamento das eleições marcadas para Novembro. Os dois líderes do partido fazem suas críticas ao governo. Em esfera regional, Simon chama a atenção dos opositores para os próximos passos do governo, alertando para o esquema do governo de perpetuação de seu poder.<sup>120</sup> Segundo o senador, “O governo não está sendo sincero com o seu projeto pluripartidarista. Ele não busca a normalização institucional, mas sim sua perpetuação no poder.”<sup>121</sup> Nacionalmente, Ulysses Guimarães se aborrece com a falta de quorum para votar a Emenda Lobão<sup>122</sup> e aponta que estas manobras denotam o caráter hipócrita da abertura.<sup>123</sup> Contra as manobras governistas para seguir no poder, a proposta do PMDB não é mais de fusão entre partidos, mas de união

---

<sup>114</sup> Zero Hora, 19/03/1980.

<sup>115</sup> Zero Hora, 13/05/1980.

<sup>116</sup> Sua vida política pregressa ao golpe foi no Partido Social Trabalhista PST. Ficou exilado na Argélia durante a ditadura e com a anistia volta ao Brasil, elegendo-se como deputado federal pelo PMDB em 1982.

<sup>117</sup> Foi um dos fundadores da UDN, quando do bipartidarismo uniu-se à ARENA, chegando a ser eleito como senador. Porém na redemocratização assume papel de oposição, aderindo à Frente Nacional de Redemocratização e buscando apoio do MDB, ao qual se filiou, posteriormente.

<sup>118</sup> Idem 103.

<sup>119</sup> Zero Hora, 21/03/1980.

<sup>120</sup> Idem 109.

<sup>121</sup> Zero Hora, 30/03/1980

<sup>122</sup> Projeto de emenda que restabelece eleições diretas para governadores e vice-governadores dos estados.

<sup>123</sup> Zero Hora, 23/03/1980.

oposicionista.<sup>124</sup> A atuação do PMDB, que exigia eleições em Novembro, foi de empenhar-se na realização das convenções, para o partido a atitude evitaria que o governo pudesse dizer que o PMDB não estaria estruturado para tanto. Além disso, já vinha consultando o TRE, antes mesmo de conseguir seu registro provisório, visando iniciar o quanto antes a campanha de filiações para estar pronto em novembro.<sup>125</sup> O deputado Rospide Neto, que era secretário geral do PMDB gaúcho, faz um apelo em nome da direção do partido a todos os peemedebistas gaúchos a fim de que se preparem para o pleito marcado para o dia quinze de Novembro. Essa preparação deveria ocorrer a partir da conscientização das bases partidárias ou pela motivação na indicação de nomes de possíveis candidatos. Rospide enfatiza: “O PMDB e as oposições brasileiras querem eleições, quem não as quer é o governo.”<sup>126</sup> Esta situação remonta ao conceito de Huntington de que o regime autoritário, quando da queda de sua legitimidade, pode optar por responder de cinco diferentes formas. No caso de escolher acabar com o governo autoritário estabelecendo um regime democrático, como fizeram os militares brasileiros, a oposição empenha-se para que se cumpra a promessa de democracia. Ao citar o caso do Brasil, o autor diz que, frente ao declínio e sem muitas opções, “O regime era forçado a começar a institucionalização de longo prazo de seu poder ou, inversamente, o início do processo de liberalização.”<sup>127</sup>

Além de disputas contra o PDS, o partido se envolveu em um confronto com o PTB durante um debate político na televisão entre Pedro Simon e Leonel Brizola. Ambos se atacam, Brizola entende que PT e PTB eram as únicas opções de oposição viáveis, pois “o PMDB é um aglomerado eleitoral sem futuro, não tem destino nem perspectiva.” A resposta do PMDB é responsabilizar Brizola pela divisão das oposições, desenvolvendo um trabalho que favorece mais aos interesses do governo do que ao avanço à luta contra o regime. Integrantes do PT reagem, por terem sido citados no debate. Acreditavam que atacar Brizola de divisor e defender a unidade da oposição é mais um erro de visão política típica do PMDB. O professor Weffort, militante do PT e cientista político, em entrevista ao *Jornal Zero Hora*, compara o PMDB com a antiga UDN, que também se propunha como uma frente que teria um passado de lutas em que se misturaram esquerdistas diversos, conservadores e liberais.<sup>128</sup> Apesar das disputas entre PTB e PMDB e do desentendimento com Brizola, Simon afirma

---

<sup>124</sup> Zero Hora, 21/03/2014.

<sup>125</sup> Zero Hora, 08/05/1980.

<sup>126</sup> Zero Hora, 04/05/1980.

<sup>127</sup> HUNTINGTON, 1994, p.63.

<sup>128</sup> Zero Hora, 11/03/1980.

que a linha de ação do PMDB não irá mudar e que ainda acredita em uma futura união.<sup>129</sup> O contexto partidário se apresentava muito sensível e, por tanto, Simon optou pela cautela com as entrevistas seguintes de Brizola sobre possível fusão com o PMDB caso perdesse a sigla para Ivete Vargas. Uma eventual decisão do TSE favorável a Ivete Vargas preocupava não só a cúpula do PTB como também do PMDB, pois se os trabalhistas voltassem ao partido formariam um núcleo distinto dentro deste.<sup>130</sup> Porém, Brizola, ao perder a sigla, busca a criação de um novo partido e abandona, mais uma vez, a ideia de que se estabelecesse uma unidade na oposição para combater o regime. Em nota a respeito do parecer negativo do TSE, Brizola lamenta o critério utilizado pelo órgão e afirma que os trabalhistas permanecerão unidos sob qualquer circunstância.<sup>131</sup> O TSE, ao entregar a sigla para Ivete, levou em conta o fato de que o pedido dela chegou antes ao tribunal do que o de Brizola. Para os trabalhistas, o critério da representatividade teria sido mais adequado. Porém, Batistella entende que esta foi uma manobra do TSE junto ao governo e à Casa Civil; “De volta ao Brasil, Brizola protagonizou com Ivete Vargas uma ferrenha disputa pela “mítica” sigla do PTB, que acabou em virtude do “trabalho nos bastidores” do general Golbery do Couto e Silva, então chefe da Casa Civil, entregue à Ivete.”<sup>132</sup> As disputas entre o PMDB e outros partidos opositoristas transmitem a ideia de parte que Sartori busca em seu conceito de partido. Cada partido representa uma parte de um todo. As divergências surgem do afã de representação de seu setor, já que cada partido representa um segmento com pensamento diverso sobre esse todo. Apesar de representarem diferentes segmentos com diferentes visões, os partidos devem ser capazes de governar em função do todo. O que o PMDB, PTB e PT visavam era fazer parte do todo de maneira a pluralizar o sistema político, como atuantes e representantes de seus ideais - depois de mais de vinte anos apartados da realidade política com a ditadura. “O pluralismo político indica uma “diversificação do poder” e, mais precisamente, a existência de uma pluralidade de grupos que são ao mesmo tempo independentes e não-inclusivos.”<sup>133</sup> Este pluralismo se estende às partes, que são os partidos.

Quanto ao rumo do trabalhismo, o Deputado Gabriel Malmann, da bancada estadual afirma:

A única coisa que resta aos trabalhistas, depois de perderem a sigla para Ivete Vargas é a busca da unidade, a união de todas as forças para forçar a abertura. E o caminho certo para isso é o PMDB, um partido já registrado, combativo e com uma estrutura

---

<sup>129</sup> Zero Hora, 11/03/1980.

<sup>130</sup> Zero Hora, 04/05/1980.

<sup>131</sup> Correio do Povo, 09/05/1980.

<sup>132</sup> BATISTELLA, 2013, p.124.

<sup>133</sup> SARTORI, 1982, p.36.

nacional.<sup>134</sup>

No entanto, esta não é a opinião de todos os trabalhistas que acabam divididos entre PTB, PMDB e a nova sigla PDT, que estava por surgir. Esta situação faz com que o PTB, agora de Ivete Vargas, critique a posição do PMDB, acusando-o de aliciamento. O partido rebate dizendo que está tentando trazer alguns ex-emedebistas de volta e que quem alicia é o próprio PTB. Além disso, o PMDB não concorda com a afirmação de que se beneficia da perda da sigla por parte de Brizola. Entende que este põe a vaidade na frente do que seria o melhor para o povo, pois a divisão dos trabalhistas enfraqueceria os dois partidos (PTB e PDT), “jogando fora a oportunidade de se incorporar aos anseios do povo.”<sup>135</sup> A disputa entre Simon e Brizola gera críticas diretas e pessoais, pois tanto um quanto o outro acusam-se de pôr estímulos pessoais a frente do partido. No entanto, mesmo que a função dos partidos seja a de ser um instrumento de vantagem coletiva, e de representatividade da população. Sartori diz que a motivação pode ser pessoal e, em função disso, a noção de representatividade gera controvérsias. Os partidos políticos têm o papel de intermediar a comunicação entre os governantes e governados, aumentando a participação política da coletividade como um todo. Neste sentido, Sartori entende que:

Os partidos são canais de expressão. Isto é, pertencem, em primeiro lugar e principalmente aos meios de representação: são um instrumento ou uma agência de representação do povo, expressando suas reivindicações.<sup>136</sup>

Em maio de 1980 o TSE divulga que apenas participariam das eleições Municipais em Novembro deste ano, aqueles partidos que tivessem o registro definitivo. Porém, uma nova exigência foi imposta para que os partidos consigam o registro. Além de Comissões provisórias regionais e Municipais, 10% de seus congressistas como filiados. Isso significava que PT e PTB não poderiam participar das eleições, pois esta condição só era atendida pelo PMDB, PDS e PP.<sup>137</sup> Segundo o jornal *Zero Hora*, este servia como mais um argumento para o adiamento das eleições. Apesar de no interior a estruturação do partido vinha se desenrolando de forma satisfatória, alguns problemas tiveram de ser contornados em Porto Alegre. A cidade ainda não contava com Comissões provisórias em todas as seis zonas eleitorais, porém a cúpula regional insistiu que, na capital, as Comissões deveriam conter figuras conhecidas e políticos históricos, no entanto a maioria destes estava no partido de

---

<sup>134</sup> Zero Hora, 17/05/80.

<sup>135</sup> Zero Hora, 17/05/80.

<sup>136</sup> SARTORI, 1982, p. 48.

<sup>137</sup> Zero Hora, 03/05/1980.

Brizola.<sup>138</sup> Além deste, surgiam novamente os problemas internos quanto ao imobilismo do partido, gerando entraves em seu processo de consolidação. Parte deste imobilismo vem da insegurança dos parlamentares de tomar iniciativas sem a coordenação pessoal de Pedro Simon. A comissão regional provisória do PMDB passou cerca de três semanas do mês de Maio sem realizar reuniões em função desta insegurança. Porém, a principal dificuldade enfrentada pelo partido se referia à ausência de Simon, desde que este assumiu uma cadeira no congresso. Essa ausência gerava um certo imobilismo, muito criticado pelos membros do partido. Uma consequência era a falta de comícios, que -sem a presença do Senador- não aconteciam.<sup>139</sup> Por estas razões, o PMDB permaneceu estático na capital. As críticas recebidas em relação ao imobilismo estão relacionadas ao próprio conceito do que é um partido e qual a sua funcionalidade. Na visão de Sartori, um partido deve servir para estimular as possibilidades do regime, pois o partido político é “qualquer grupo político identificado por um rótulo oficial que apresente em eleições, e seja capaz de colocar através de eleições (livres ou não), candidatos a cargos públicos.”<sup>140</sup> Percebe-se que o ponto central desta definição está na possibilidade de conquista do poder estatal, ou seja, a obtenção de êxito nas eleições. Para seus opositoristas, o PMDB apenas buscava soluções ainda ligadas ao bipartidarismo, deixando de incitar novas possibilidades de um recente, e em surgimento, sistema partidário pluripartidarista.

No dia sete de Maio de 1980 o Jornal *Zero Hora* divulga que o PMDB é o primeiro partido político efetivamente organizado e em atividade no Brasil, depois da lei 6.767/79 que extingue Arena e MDB. Providenciando a filiação de seus membros até o dia quinze estaria apto para apresentar candidatos na possível eleição de Novembro.<sup>141</sup> A partir do registro provisório, o partido – com aprovação de seu manifesto, programa e estatuto - tem o prazo de um ano para realizar Convenções regionais, municipais e nacional. “Decorrido um ano do registro provisório, o partido que não conseguir realizar as convenções em pelo menos nove estados, em um quinto dos municípios do Estado, deverá recomeçar o trabalho do início.”<sup>142</sup> Com o registro provisório em mãos, o partido inicia a corrida em busca do definitivo e no mês de Agosto a direção nacional do PMDB já havia definido as datas para realização de todas as Convenções municipais ficariam para Outubro, regionais marcadas para Novembro e por fim

---

<sup>138</sup> Zero Hora, 10/06/1980.

<sup>139</sup> Zero Hora, 29/05/1980.

<sup>140</sup> SARTORI, 1982, p. 85.

<sup>141</sup> Zero Hora, 07/05/1980.

<sup>142</sup> Zero Hora, 18/02/1980.

a Convenção nacional em Dezembro.<sup>143</sup> Outra medida tomada pelo partido foi de pedir as fichas para filiação. No Rio Grande do Sul, o PMDB pede ao TRE cem mil fichas.<sup>144</sup>

### 3.1.3 Organização

José Fogaça<sup>145</sup> faz uma definição da terceira fase de organização pela qual o PMDB passou. Segundo o deputado, o PMDB de Porto Alegre teria várias etapas a cumprir em sua fase de organização, podendo ser dividida em dois níveis de atuação partidária. A primeira fase se caracteriza pelo trabalho junto às bases, penetração do partido nas classes populares e apoio aos movimentos sociais. A segunda fase, pela formação de quadros, buscando a “mais elevada justificação política”<sup>146</sup> O PMDB, já com o registro provisório, iniciou a busca da concretização do partido através de um registro definitivo. Para isso realizou Convenções, filiações e os Diretórios exigidos pelo TSE. A estratégia do partido foi de colocar, em seus Diretórios, pessoas tidas como representantes dos setores sociais mais baixos e de minorias, visando aproximar o partido à população. Porém, no entendimento do PMDB, isto se apresentou como um problema. Estas pessoas não tinham trajetória política prévia e nem experiência partidária. “O problema proporciona algumas dificuldades, principalmente porque os integrantes da Executiva devem ter praticamente dedicação permanente ao partido”<sup>147</sup> A origem dos problemas estaria na formação do partido, ainda na época da reforma partidária. Em meio a debates sobre a melhor forma de estruturar o PMDB, foi colocada em prática a ideia de eliminar quase todos os parlamentares da comissão de comando. Essa manobra visava uma renovação na forma de dirigir o partido. A partir disso formou-se uma comissão provisória fechada em relação à cúpula do antigo partido; depois de uma movimentação inicial, começou a se imobilizar.<sup>148</sup>

As principais críticas que surgiram durante este período estão relacionadas à atitude do PMDB frente ao pluripartidarismo. Alceu Collares critica lideranças do PMDB dizendo que estas insistem apresentar o quadro do tempo do bipartidarismo. Volta a dizer que o PMDB é uma frente e que nunca ocupará o lugar de um partido. Segundo Collares, as dificuldades do PMDB são conhecidas por todos e está na questão do desentendimento entre autênticos e moderados. “O PMDB teima em representar o interesse de todos como se ainda estivéssemos

<sup>143</sup> Correio do Povo, 26/08/1980.

<sup>144</sup> Correio do Povo, 28/09/1980.

<sup>145</sup> Iniciou sua vida política pelo MDB, sendo eleito deputado estadual em 1978 e depois, já pelo PMDB foi eleito deputado federal em 1982.

<sup>146</sup> Correio do Povo, 23/12/1980.

<sup>147</sup> Zero Hora, 30/10/1980.

<sup>148</sup> Zero Hora, 29/05/1980.

no bipartidarismo, acaba não representando o interesse de ninguém”.<sup>149</sup> Para Colares alguns setores da oposição, em especial o PMDB, dificultam a emergência de setores legitimamente populares em torno do pluripartidarismo. “Como se não bastassem os obstáculos criados pelo regime para a organização dos partidos, ainda surgem às intimidações da própria oposição.”<sup>150</sup> Outras pessoas têm esta mesma visão sobre o partido. Em entrevista ao *Jornal Correio do Povo*, o sociólogo André Forster entende que pouco mudou com a reforma partidária, pois o PDS representaria a ARENA com uma nova roupagem e na oposição, o PMDB e o PDT, mesmo que diferenciados como partidos, não chegam a acrescentar uma proposta diferente daquela que tinha o antigo MDB. No entanto, acredita que o PMDB foi o partido que mais teve vantagens com esta reforma, pois conseguiu buscar articulações com a sociedade civil, algo que durante o autoritarismo não se efetivava.<sup>151</sup> O sociólogo entendia que o PMDB “sobrevive com alguns vícios do passado, ao mesmo tempo em que procura renovar-se para poder acompanhar a rapidez com que surgem os movimentos populares.”<sup>152</sup> A opinião do sociólogo, que esteve presente no tempo que em que a transição estava ocorrendo, fortalece a teoria de que a transição pactuada se dá através de incertezas e medo de mudança por parte tanto da elite no poder, quanto da oposição.

Quanto à organização formal do partido, o PMDB seguiu à frente dos outros partidos oposicionistas. Apesar de já ter iniciado as filiações muito anteriormente, o processo público inicia em Julho de 1980. O anúncio formal dos dados da estruturação partidária, conseguindo formar Comissões provisórias em todos os municípios, incluindo as seis de Porto Alegre. Para contornar os problemas surgidos, principalmente na capital, foi necessária a intervenção direta do senador Pedro Simon. A segunda etapa partidária com a eleição dos Diretórios Municipais é caracterizada pelo *Jornal Zero Hora* como a mais difícil.<sup>153</sup> Surge ainda uma análise sobre a realização do PMDB de obter Comissões em todos os municípios. Tal feito nunca obtido pelo antigo MDB.

Das duas versões que correm, uma deve estar certa: ou nos tempos do MDB os trabalhistas de muitos municípios negavam propositadamente apoio ao partido ou o pluripartidarismo despertou um interesse maior às novas lideranças a tal ponto de aderirem ao meio político.<sup>154</sup>

---

<sup>149</sup> *Zero Hora*, 24/07/1980.

<sup>150</sup> *Zero Hora*, 24/07/1980.

<sup>151</sup> *Correio do Povo*, 28/09/1980.

<sup>152</sup> *Correio do Povo*, 29/09/1980.

<sup>153</sup> *Zero Hora*, 14/09/1980.

<sup>154</sup> *Zero Hora*, 14/09/1980.

Encerrada a etapa das Comissões provisórias, o PMDB concentrou todos os seus esforços na organização das convenções Municipais. Embora já se houvesse ultrapassado o número mínimo exigido por lei, visavam filiar o maior número de eleitores possível. Posteriormente à formação das Comissões, o PMDB define seu Diretório Regional e marca para o dia nove de Outubro a sua convenção estadual. Esta, tinha como função principal a homologação deste Diretório. A comissão marcada para Outubro também vota - de forma oficial - a Comissão Executiva estadual do partido, os Conselhos de ética, consultivo e fiscal.<sup>155</sup>

No dia doze de Outubro, o Jornal *Zero Hora* publica que o PMDB é o primeiro partido da oposição a estruturar-se no Estado. Conseguiu formar os seis Diretórios na capital e volta sua atenção para a formação do Diretório regional a ser eleito em Novembro. "O PMDB realizou as convenções, em todo o Estado, que elegeram os Diretórios Municipais do partido vencendo a primeira etapa e com vistas para o registro definitivo."<sup>156</sup>

### 3.1.4 Registro definitivo

A última etapa pela qual os partidos que estavam se reformulando, depois da lei da reforma partidária, deveriam passar era a conquista do registro definitivo. Só assim poderiam seguir atuando. Ao divulgar a nominata do PMDB, Pedro Simon reclama da burocratização da Lei Orgânica dos Partidos e comenta que ela deveria possibilitar melhores condições às práticas políticas, e não dificultar. Uma das facetas desta burocratização lembrada por Simon é a questão referente às fichas de filiação. Estas, deveriam estar em consonância com o Título Eleitoral, porém este – na maioria dos casos – costuma conter informações defasadas; dificultando a filiação em função das fichas anuladas.<sup>157</sup> Porém, a organização do partido no Estado ganhou posição de destaque. O PMDB do Rio Grande do Sul é o primeiro a completar na íntegra a nominata total; os outros estados apenas definiram a lista do Diretório regional. Segundo Simon, a organização supera o antigo MDB, pois em três meses foi realizado o que se levou um ano para fazer.<sup>158</sup> Apesar disso, o senador Pedro Simon se preocupa com o “processo de direitização do partido” em que se encontra o PMDB gaúcho. O problema reside no ato de que o partido só se preocupa com sua organização administrativa, deixando de lado o avanço ideológico e a aproximação com as classes populares. À exemplo do PMDB de Pernambuco, Simon pretendia imprimir uma discussão maior em nível de ideologia dentro do

<sup>155</sup> Correio do Povo, 08/08/1980.

<sup>156</sup> Zero Hora, 12/10/1980.

<sup>157</sup> Correio do Povo, 22/11/1980.

<sup>158</sup> Correio do Povo, 22/11/1980.

Rio Grande do Sul. “O PMDB Pernambuco dá mostras de avanço ideológico, procurando chegar até as classes populares.”<sup>159</sup>

Outro aspecto fundamental desta etapa pela qual o partido passou é a proeminência das lideranças gaúchas dentro do PMDB nacional, expressando a importância que o Estado teve em sua estruturação e organização. O início da convenção nacional do PMDB foi anunciado no Jornal *Correio do Povo* no dia vinte de Dezembro de 1980. Durante esta convenção são apresentadas propostas ao Diretório Nacional do Partido. Duas são principais contribuições de Pedro Simon. A primeira estabelece o prazo de um ano para que os diretórios regionais do partido elaborem e aprovelem programas político-administrativos de acordo com as realidades locais. E a segunda é o lançamento de um candidato à presidência, reforçando a campanha da Constituinte.<sup>160</sup> O Diretório do PMDB gaúcho, através de seu presidente Pedro Simon e do secretário geral Rospide Neto, foi o primeiro a entregar toda a documentação dos Diretórios Municipais do Rio Grande do Sul à secretaria nacional. Cinco membros gaúchos passam a fazer parte, também, do Diretório Nacional do PMDB, são eles: Pedro Simon, Paulo Brossard, Aldo Fagundes, Temperani Pereira e Siegfried Heuser.<sup>161</sup> A questão da ausência de Simon no Estado já foi superada, pois o partido encontra-se totalmente organizado no Rio Grande do Sul, no entanto houve certa relutância do senador em assumir o cargo na Comissão Executiva Nacional.<sup>162</sup> A nova direção nacional realizou sua primeira reunião e decidiu que, proximamente, seria feito o pedido para o Registro Definitivo do Partido. Os destaques da reunião foram a luta pela constituinte, a filiação e a organização de novos diretórios municipais.<sup>163</sup> Os líderes gaúchos peemedebistas desempenharam importante papel durante a transição do regime autoritário para a democracia, caracterizando-se como as lideranças habilidosas necessárias à transição pela transação. Estão constantemente em busca de revisar o seu papel no processo, barganhando e operando estratégias diversas a fim de chegarem ao poder. O que dá a transição brasileira o caráter elitista que ela teve, pois para Share e Mainwaring, este tipo de transição que se dá de forma pactuada entre elites no poder e lideranças propõe uma transição mais estável, porém gera um modelo político elitista.

Com a Convenção Nacional realizada, o PMDB torna-se o segundo partido organizado do Brasil, ficando atrás apenas do partido do governo, o PDS. O partido já vinha se preparando para eleições havia tempo. Por fim, foi marcado o pleito para 1982 de eleições

---

<sup>159</sup> *Correio do Povo*, 16/12/1980.

<sup>160</sup> *Correio do Povo*, 20/12/1980.

<sup>161</sup> *Idem* 151.

<sup>162</sup> *Idem* 151.

<sup>163</sup> *Correio do Povo*, 06/12/1980.

para governos estaduais. O PMDB seguiu disposto a organizar-se para participar e esperava já estar consolidado até a data da eleição. Além disso, o discurso segue sendo de que a oposição deve buscar o estado democrático através da Assembléia Constituinte. Para Ulysses Guimarães,

O PMDB de hoje é o mesmo MDB de ontem. Politicamente, o PMDB nada muda com relação ao extinto MDB. Não sendo um partido dogmático, o que presta ele apóia e o que não presta por ele é denunciado. Esse é o dever da oposição para com o estado democrático.<sup>164</sup>

Desde o início de sua estruturação, o PMDB utilizou-se desta imagem do extinto partido para fortalecer-se e legitimar-se como oposição. Frente a tantas críticas de outros partidos oposicionistas como o PDT e o PT e de outros líderes como Brizola, o PMDB seguiu carregando a trajetória do MDB, por mais controversa que essa fosse. E em função desta, chegou à frente de outros partidos em estruturação, no sentido de que já tinha uma organização prévia e relacionamento tanto com o governo quanto com os partidos proibidos de existir. No último mês do ano de 1980, superada a fase de organização dos diretórios, o PMDB pede seu Registro Definitivo e entende que as divergências devem ser superadas e a atenção voltada para questões político-institucionais.<sup>165</sup> Antes do final do ano, já constituído, o PMDB realiza o primeiro comício do partido em Porto Alegre desde sua organização.<sup>166</sup>

Sabe-se que em uma transição por transação, as elites que estão no poder diante de sua falta de legitimidade, do aumento dos custos para a manutenção do regime, entre outros fatores que dão o ponto de partida ao processo de transição, tem como objetivo poder aproveitar-se do poder que ainda têm, negociar uma boa posição política após o fim do regime autoritário. E é por isso que conduzem o processo de democratização, introduzindo, sim, algumas medidas liberalizantes, porém fixando limites na atuação de todos os atores envolvidos, inclusive da oposição. O PMDB, assim como outros partidos, aceitaram se submeter aos limites impostos pelo governo e cumprir todas estas etapas da lei, visando dar prosseguimento ao processo de transição democrática.

---

<sup>164</sup> Correio do Povo, 14/12/1980.

<sup>165</sup> Correio do Povo, 06/12/1980.

<sup>166</sup> Correio do Povo, 23/12/1980.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Partido do Movimento Democrático do Brasil se caracterizou como um importante ator no contexto da rearticulação partidária iniciada em 1979; se consolidando como partido de oposição mais organizado. No ano de 1980, o partido conseguiu estruturar mais diretórios regionais e municipais do que o antecessor, MDB, em todo seu percurso. Sua posição durante a transição democrática foi de manter-se como um elemento articulador que operou, junto ao governo, a transição democrática para o pluripartidarismo.

O objetivo do trabalho foi analisar como se deu a rearticulação partidária no período da redemocratização através da fundação do PMDB, oriundo das bases do antigo MDB, no Rio Grande do Sul, durante o fim do bipartidarismo no ano de 1980. Buscou-se explorar o período da chamada abertura política no Brasil; tendo neste ano, a data da fundação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, como recorte temporal o ano de 1980.

A primeira parte consistiu em compreender a formação do contexto em que surgiu o partido. Visto que a participação dos partidos no governo está ligada à sua composição, se torna necessária à compreensão de como se deu o surgimento do PMDB e em que contexto.

Quanto ao contexto, percebeu-se que o Brasil enquadra-se na chamada terceira onda de democratização e serve como exemplo pleno para o modelo de transição pela transação. Para que esteja caracterizado este modelo, algumas condições são necessárias. A mais destacada delas e que está relacionada ao tema de pesquisa é a questão do papel da oposição durante a transição. Esta, deve aceitar limitações e regras fixadas pelo regime em situação; por isso encontra no caso do Brasil um bom modelo. O PMDB surge em meio a este modelo de transição, porém em função do caráter de negociação explícito neste, implicou na elitização do sistema político. Em função deste caráter elitista, o sistema político brasileiro e os partidos nele contidos, acabam sendo reconstruídos- em 1980 - de cima para baixo.

A segunda parte focou-se no ano de função do PMDB através da análise das fontes em busca da trajetória do partido, dos obstáculos impostos pelo governo, das disputas entre oposições e da força das lideranças presentes neste cenário.

Chegou-se a conclusão que o PMDB conseguiu, sob a bandeira de luta pela democracia, congrega diversos setores e grupos que representavam a heterogeneidade na formação do partido. O partido contava com o apoio dos conservadores e comunistas, sendo ideologicamente tão diverso quanto em sua composição. O objetivo era o de derrotar o partido governista e por isso realizou-se alianças atípicas. Embora os limites institucionais fossem grandes, a oposição conseguiu, através de lideranças como o Senador Pedro Simon, negociar

a transição e formação do novo sistema político na década de 1980.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil, Bauru: EDUSC, 2005.
- AVILA, Graciene, MACHRY, Marcos, SILVA, Mariana e ASSUMPÇÃO, Marla. Cronologia. IN: PADRÓS, Enrique Sena, BARBOSA, Vânia M, LOPEZ, Vanessa Albertinence, SIMÕES, Amanda Fernandes (orgs.). A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e memória. 2ª edição, Porto Alegre: Corag, 2010.
- BARRIENTOS, Miguel. Federalismo comparado entre Brasil e Argentina: o poder dos governadores desde a redemocratização. Dissertação de mestrado. UFRGS, 2009.
- BATISTELLA, Alessandro. *O trabalhismo Getulista-reformista do antigo PTB e o “novo trabalhismo” do PDT: continuidades e descontinuidades*. Aedos nº 12, vol. 5 - Jan/Jul, 2013.
- BERNSTEIN, Serge. *Os partidos*. IN: Remond, Réne (org). Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 57 – 98.
- BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. *Ditadura e Democracia – Qual o papel da violência de Estado?* In: Entre Garantia de Direitos e Práticas Libertárias. Organizadores: Alexandra Campelo Ximendes, Carolina dos Reis e Rafael Wolski de Oliveira. Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: [s. ed.], 2013.
- BIZZARRO NETO, FERNANDO AUGUSTO. *PMDB: organização e desenvolvimento em São Paulo (1994-2010)*. São Paulo: Unicamp, 2013.
- BORGES, Nilson. *A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares*. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Brasil Republicano 4: o tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BRASIL, Olavo. *Partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no RS (1945-1965)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2005.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.
- CHAUÍ, Marilena e NOGUEIRA, Marcos Aurélio. *O Pensamento Político e a Redemocratização do Brasil*. São Paulo: Lua Nova, 2007.
- CODATO, Adriano Nervo. *Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia*. Rev. Sociol. Polit. [online]. 2005, n.25, pp. 83-106.
- DUARTE, José Bacchieri. *A fascinante história de Pedro Simon: Sua vida. Seu tempo*. Porto Alegre: AGE, 2001.
- ELMIR, Cláudio P. *Armadilhas de um jornal: algumas considerações metodológicas de seu*

*uso para a pesquisa histórica.* Cadernos PPG em História da UFRGS. Porto Alegre, dezembro de 1995. nº 13.

FIGUEIREDO, Cesar Alessandro Sagrillo. *A relação dos PC's com o MDB-PMDB no cenário da transição e as eleições de 1982 no RS.* Dissertação de mestrado. UFRGS, 2009.

HUNTINGTON, Samuel. *A terceira onda: a democratização no final do século XX.* São Paulo: Editora Ática, 1994.

JEANNENEY, Jean-Noel. *A Mídia.* IN: Remond, Réne (org). *Por uma história política.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 213 – 230.

KARAWAJCZYK, Mônica. *O Jornal como documento histórico – breves considerações.* *Historiæ*, 131-147, 2010.

KINZO, Maria D'Alva Gil. *A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição.* *Revista São Paulo em Perspectiva*. 14, vol 4. 2001

\_\_\_\_\_, Maria D'Alva Gil. *Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do MDB – 1966/1979.* São Paulo: Editora Vértice, 1988.

MADEIRA, Rafael Machado. *Vinhos antigos em novas garrafas: a influência de ex-arenistas e ex-emedebistas no atual multipartidarismo brasileiro.* Tese de doutorado. UFRGS, 2006.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Transições políticas na América Latina em perspectiva comparada.* *Pensamento Plural*. 57 - 69, janeiro/junho. 2010.

MELO, Paulo Victor Teixeira Pereira de. *Partidos, políticas, ministérios e manutenção no poder: uma reflexão sobre o PMDB.* Dissertação de mestrado. UFMG, 2012.

NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hélió. *Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul: 1945-1994.* Porto Alegre: Editora da Universidade; Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1995.

O'DONNELL, G. e SCHMITTER, P. *Transições do regime autoritário: primeiras conclusões.* São Paulo: Vértice, 1998.

PADRÓS, Enrique Serra e GASPAROTTO, Alessandra. *Gente de menos – nos caminhos e descaminhos da abertura no Brasil (1974-1985)* IN: Orgs. Enrique Serra Pa-drós, Vânia M. Barbosa, Vanessa Albertinence Lopez, Ananda Simões Fernandes. *A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. O Fim da Ditadura e o Processo de Redemocratização.* Volume 4 Porto Alegre: Corag, 2010.

PASQUARELLI, Bruno, BIZZARRO, Fernando Augusto Neto. *O PMDB no centro do sistema político brasileiro (1986-2010).* Gramado, AT03 – Eleições e Representação Política. 8º Encontro da ABCP 01 a 04/08/2012, Gramado - RS, 2012.

PESAVENTO, Sandra J. *História & história cultural.* Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PETERSEN, Áurea. *Partidos e Eleições: 1979-1998*. IN: Eleições: História e Estratégias. Porto Alegre: EVANGRAF, 1999.

SANTOS, André Marengo dos. *Devagar se vai ao longe? A transição para a democracia no Brasil em perspectiva comparada*. IN: MELO, C. R.; SAÉZ, M.A.(Orgs.). A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e Sistemas Partidários*. Brasília: Ed. UNB, 1976.

SHARE, Donald & MAINWARING, Scott. *Transição pela transação: a democracia no Brasil e na Espanha*. Revista Dados. Rio de Janeiro. Vol 29. N 2. 1986.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Brasil, em direção ao século XXI*. IN: LINHARES, Maria Yedda (Org.). História geral do Brasil. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Crise da ditadura e o processo de abertura política no Brasil (1974-1985)*. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Brasil Republicano 4: o tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski. *A divisão das oposições e as oposições divididas: a rivalidade PDT x PMDB na campanha eleitoral de 1982 no Rio Grande do Sul*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). UFRGS, 2011.